

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

PL 1292/95 - LICITAÇÕES

CRIAÇÃO: 15/08/2017 **CONSTITUIÇÃO:** 27/02/2018
INSTALAÇÃO: 06/03/2018 **ENCERRAMENTO:**

MESA DA COMISSÃO	
PRESIDENTE	AUGUSTO COUTINHO (SD/PE)
1º VICE-PRESIDENTE	LAERCIO OLIVEIRA (PP/SE)
2º VICE-PRESIDENTE	PAULO AZI (DEM/BA)
3º VICE-PRESIDENTE	JHONATAN DE JESUS (PRB/RR)
RELATOR	JOÃO ARRUDA (MDB/PR)

EMAIL:

ce.novaleilicitações@camara.leg.br

SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO(A):

Alessandro Alves de Miranda

CONSULTORES:

Edson Masaharu Tubaki

Débora Veloso Maffia

Rafael Amorim de Amorim

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

HISTÓRICO DE REUNIÕES DA COMISSÃO

28/02/2018 – 14:00

Reunião de Instalação e Eleição

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Instalação da Comissão

II - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes

Resultado:

Reunião encerrada a termo

06/03/2018 – 14:30

Reunião de Instalação e Eleição

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Instalação da Comissão

II - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes

Resultado:

A - Reunião de Instalação e Eleição:

Instalada a Comissão

Foram Eleitos:

Presidente: Dep. Augusto Coutinho (SD/PE)

1º Vice-Presidente: Dep. Laercio Oliveira (SD/SE)

2º Vice-Presidente: Dep. Paulo Azi (DEM/BA)

3º Vice-Presidente: Dep. Jhonatan de Jesus (PRB/RR)

Designado Relator o Dep. João Arruda (PMDB/PR)

LOCAL: Anexo II, Plenário 11

HORÁRIO: 14h30min

13/03/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

I - Apresentação do plano de trabalho pelo relator, Dep. João Arruda;

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18:00 da véspera da reunião.

Resultado:

A - Reunião Deliberativa:

I - Apresentação do plano de trabalho pelo relator, Dep. João Arruda;

II - Deliberados requerimentos, conforme resultado.

1 - REQUERIMENTO Nº 1/18 - do Sr. Chico Alencar - (PL 6814/2017) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 6814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidados representante da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP; o especialista no tema de licitações e contratos relacionado ao desenvolvimento sustentável, Dr. Daniel Ferreira; e representante do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 2/18 - dos Srs. Chico Alencar e Ivan Valente - (PL 6814/2017) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 6814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidados representante do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União; da Organização Não Governamental Observatório Social do Brasil; e da Organização Não Governamental Transparência Brasil".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 3/18 - do Sr. João Paulo Papa - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidados Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR; Associação Brasileira de Consultores de Engenharia - ABCE; e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA".

APROVADO. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS TONINHO WANDSCHEER E JOAQUIM PASSARINHO.

4 - REQUERIMENTO Nº 4/18 - do Sr. Celso Maldaner - (PL 6814/2017) - que "requer seja convidado para Reunião de Audiência Pública, nesta Comissão, Diretor Executivo do DNIT, Halpher Luiggi Mônico Rosa".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 5/18 - do Sr. Bebeto - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de audiência pública para oitiva de entidades da sociedade civil, setores econômicos, especialistas, órgãos de controle e governo, sendo convidados representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON - e da Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações de Classe de Infraestrutura - BRASINFRA".

APROVADO COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADOS, DO PRESIDENTE DA FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS - FNP, PREFEITO JONAS DONIZETTE; DE REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DF - ANAPE; E DE REPRESENTANTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

6 - REQUERIMENTO Nº 6/18 - do Sr. Valdir Colatto - (PL 6814/2017) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 6814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidados Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq; Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; e Dr. Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes, Jurista e especialista em Direito

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Administrativo".

APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 7/18 - do Sr. João Arruda - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6.814, de 2017, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADOS, DOS ESPECIALISTAS EM DIREITO ADMINISTRATIVO: CARLOS ARI SUNDFELD (FGV), FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES (USP), JEAN PHIERRE VARGAS E RAFAEL RAMIRES ARAÚJO VALIM; DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ASSESPRO NACIONAL, GEOVANI SALOMÃO; DO EX-DEPUTADO LUIS ROBERTO PONTE, AUTOR DA LEI 8666/93; E DO PROFESSOR DOUTOR BENEDITO TOLOSA FILHO.

20/03/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Walter Baere de Araújo Filho, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representando o Ministro Dyogo Oliveira

- Req. 07/18 (confirmado);

- Halpher Luiggi Mônico Rosa,

Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Reqs. 4/18 e 7/18 (confirmado);

- Livânia Maria da Silva Farias, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD - Req. 7/18 (confirmada);

- Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM - Req. 7/18 (confirmado);

- Ricardo Ferrari Nogueira, Procurador Geral do Município de São Paulo/SP, representando a Frente Nacional dos Prefeitos - FNP - Req. 5/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 4/18, 5/18 e 7/18, dos Deputados Celso Maldaner (PMDB/SC), Bebeto (PSB/BA) e João Arruda (PMDB/PR), respectivamente.

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

Resultado:

A - Reunião Deliberativa:

I - Audiência Pública

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores:

Walter Baere de Araújo Filho, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representando o Ministro Dyogo Oliveira - Req. 07/18 (confirmado);

Halpher Luiggi Mônico Rosa, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Reqs. 4/18 e 7/18 (confirmado);

Livânia Maria da Silva Farias, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD - Req. 7/18 (confirmada);

Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM - Req. 7/18 (confirmado);

Ricardo Ferrari Nogueira, Procurador Geral do Município de São Paulo/SP, representando a Frente Nacional dos Prefeitos - FNP - Req. 5/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 4/18, 5/18 e 7/18, dos Deputados Celso Maldaner (PMDB/SC), Bebeto (PSB/BA) e João Arruda (PMDB/PR), respectivamente.

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

1 - REQUERIMENTO Nº 9/18 - do Sr. Adelmo Carneiro Leão - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidado o Presidente da Emater/MG, Glênio Martins de Lima Mariano".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADO, DO PROFESSOR DE DIREITO ADMINISTRATIVO DA PUC/SP, JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA, POR SUGESTÃO DO DEPUTADO VITOR LIPPI.

2 - REQUERIMENTO Nº 13/18 - do Sr. Laercio Oliveira - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de audiência pública na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6814/2017, que Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, sendo convidado o Presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 14/18 - do Sr. Assis Carvalho - (PL 6814/2017) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidada a Sra. Viviane Moura Bezerra, Superintendente de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí - SUPARC/Piauí".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 15/18 - do Sr. Patrus Ananias - (PL 1292/1995) - que "Requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidados a Dra. Maria Paula Dallari, Professora de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo - USP; e o Dr. Heleno Torres, Professor da Universidade de São Paulo - USP".

APROVADO.

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

5 - REQUERIMENTO Nº 16/18 - do Sr. Adelmo Carneiro Leão - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidado representante da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 17/18 - do Sr. Adelmo Carneiro Leão - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidado o Sr. Eduardo Tadeu Pereira, Presidente da ABM - Associação Brasileira de Municípios".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADOS, DE REPRESENTANTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE PERNAMBUCO , POR SUGESTÃO DOS DEPUTADOS VITOR LIPPI E AUGUSTO COUTINHO, RESPECTIVAMENTE.

7 - REQUERIMENTO Nº 18/18 - do Sr. João Paulo Papa - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidado representante da Federação Nacional dos Engenheiros - FNE".

APROVADO.

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

27/03/2018 – 09:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Leonardo Andrade Macedo, Procurador da República (confirmado);

- José Alfredo de Paula Silva, Procurador Regional da República, ambos representando a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge - Req. 7/18 (confirmado);

- Valmir Gomes Dias, Diretor de Auditoria de Governança e Gestão do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU - Reqs. 2/18 e 7/18 (confirmado);

- Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos, Consultor-Geral da União, representando a Advogada-Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça

- Req. 7/18 (confirmado);

- Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira,

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Coordenadora

da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA/MJ - Req. 7/18 (confirmada).

Em atendimento aos Requerimentos 2/18, dos Deputados Chico Alencar (PSOL/RJ) e Ivan Valente (PSOL/SP); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

Resultado:

A - Reunião Deliberativa:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Compareceram os seguintes expositores:

Leonardo Andrade Macedo, Procurador da República - Req 7/18;

José Alfredo de Paula Silva, Procurador Regional da República, ambos representando a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge - Req. 7/18;

Valmir Gomes Dias, Diretor de Auditoria de Governança e Gestão do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU - Reqs. 2/18 e 7/18;

Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos, Consultor-Geral da União, representando a Advogada-Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça - Req. 7/18;

Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA/MJ - Req. 7/18.

Em atendimento aos Requerimentos 2/18, dos Deputados Chico Alencar (PSOL/RJ) e Ivan Valente (PSOL/SP); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

1 - REQUERIMENTO Nº 20/18 - do Sr. Marcus Vicente - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública desta Comissão Especial com a presença do Senhor Anderson Sant Ana Pedra, Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP e Procurador do Estado do Espírito Santo".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADO, DO CONSULTOR LEGISLATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, MAGNO ANTONIO CORREIA DE MELLO, PARA TRATAR DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC), POR SUGESTÃO DO DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES. SUBSCREVERAM O REQUERIMENTO OS DEPUTADOS BEBETO, EVAIR DE MELO E JOSÉ GUIMARÃES.

2 - REQUERIMENTO Nº 21/18 - do Sr. Adelmo Carneiro Leão - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Seminário em Minas

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

Gerais, para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública”.

APROVADO, PARA QUE SEJA TAMBÉM REALIZADO SEMINÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUGESTÃO DOS DEPUTADOS VITOR LIPPI E VANDERLEI MACRIS.

3 - REQUERIMENTO Nº 22/18 - do Sr. Eduardo Cury - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL nº 1.292/1995, do Senado Federal, e apensados, sendo convidados Vitor Rhein Schirato, Professor Doutor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); Rodrigo Pagani de Souza, Professor Doutor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; André Marques Gilberto, advogado especialista em direito administrativo e concorrencial, e mestre em Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); e José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB)".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 23/18 - do Sr. Félix Mendonça Júnior - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de audiência pública para discutir o PL 1.292/95, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sendo convidados Ciro Campos Christo Fernandes, Economista, gestor governamental e professor na Escola Nacional de Administração Pública; Guilherme Afif Domingos, Presidente do Sebrae; Representante do Instituto Protege Escola Brasil - IEPB; Representante do Instituto Negócios Públicos; e Representante da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 24/18 - do Sr. Thiago Peixoto - (PL 1292/1995) - que "Requer a realização de Audiências Públicas desta Comissão Especial com a presença do Senhor Professor Fabrício Motta, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA ".

APROVADO.

6 - REQUERIMENTO Nº 26/18 - do Sr. Giuseppe Vecchi - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de audiência pública para discutir o seguro-garantia nas contratações públicas, sendo convidados representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; representante do Tribunal de Contas da União; representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg); representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros - FENABER; Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados; Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON)".

APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 27/18 - do Sr. Giuseppe Vecchi - (PL 1292/1995) - que "requer realização de audiência pública para análise de margem de preferência no âmbito do Projeto de Lei nº 1.292, de 1995 e apensados, sendo convidados representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Secretaria de Comércio Exterior; representante do Ministério das Relações Exteriores; representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; e André Rosilho, professor da pós-graduação lato sensu da FGV Direito-SP e coordenador do Curso de Direito Público da Sbdp/FGV Direito SP".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 28/18 - dos Srs. João Carlos Bacelar e João Carlos Bacelar - (PL 1292/2015) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 6814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidado representante da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Infraestrutura de Transportes - ANETRANS".

APROVADO.

9 - REQUERIMENTO Nº 30/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer que seja convidado o Senhor RODRIGO ALBERTO CORREIA DA SILVA, Representante da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil - BRITCHAM, associação nacional sem fins lucrativos e que tem por objetivo apresentar os cenários do Reino Unido e as possibilidades de implantação no Brasil".

APROVADO.

10 - REQUERIMENTO Nº 31/18 - do Sr. Assis Carvalho - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidada a Dra. Lucianita Ribeiro Dayrell, Chefe da Secretaria de Licitações da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba".

APROVADO, COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADO, DE REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS - ANAFE, POR SUGESTÃO DO DEPUTADO AFONSO FLORENCE.

11 - REQUERIMENTO Nº 32/18 - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - (PL 1292/1995) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 6814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.", sendo convidados representante do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; e a Dra. Alécia Paolucci Nogueira Bicalho, especialista em contratações governamentais, licitações, infraestrutura e regulatório".

APROVADO.

12 - REQUERIMENTO Nº 33/18 - do Sr. Joaquim Passarinho - (PL 1292/1995) - que "requer que seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 1292, de 1995, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidado o Dr. Guilherme Carvalho e Sousa, Jurista e Doutor em Direito Administrativo".

APROVADO.

13 - REQUERIMENTO Nº 36/18 - do Sr. Adelmo Carneiro Leão - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública, sendo convidada a Dra. Irene Nohara, Advogada Especialista em Direito Administrativo e Professora da Universidade Mackenzie, de São Paulo".

APROVADO.

LOCAL: Auditório Freitas Nobre

HORÁRIO: 09h30min

03/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Roque de Holanda Melo,

Presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da Federação Nacional de Seguros Gerais - FENSEG, também representando a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg - Req. 7/18 (confirmado);

- Daniel da Silva Veiga, representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros - FENABER - Req 7/18 (confirmado);

- André Dabus, Coordenador da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - FENACOR - Req. 7/18 (confirmado);

- Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes, Jurista e especialista em Direito Administrativo - Req. 6/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 6/18 e 7/18, dos Deputados Valdir Colatto (PMDB/SC) e João Arruda (PMDB/PR), respectivamente.

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

Resultado:

A - Reunião Deliberativa:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados Presentes:

Roque de Holanda Melo, Presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da Federação Nacional de Seguros Gerais - FENSEG, também representando a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg - Req. 7/18 (confirmado);

Daniel da Silva Veiga, representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros - FENABER - Req 7/18 (confirmado);

André Dabus, Coordenador da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - FENACOR - Req. 7/18 (confirmado);

Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes, Jurista e especialista em Direito Administrativo - Req. 6/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 6/18 e 7/18, dos Deputados Valdir Colatto (PMDB/SC) e João Arruda (PMDB/PR), respectivamente.

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

1 - REQUERIMENTO Nº 38/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de audiência pública com a participação do Sr. Pedro Paulo Piovesan de Farias - Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Obras Públicas - IBRAOP".

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

APROVADO.

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 14h30min

04/04/2018 – 11:30

Outro Evento

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Reunião restrita aos membros da Comissão para definir o cronograma das audiências públicas.

Resultado:

A - Outro Evento:

Reunião restrita aos membros da Comissão para definir o cronograma das audiências públicas.

LOCAL: Anexo II, Sala 175B Piso Superior

HORÁRIO: 11h30min

04/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Carlos Eduardo Lima Jorge,

Presidente da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - COP/CBIC - Req. 7/18 (confirmado);

- Evaristo Augusto Pinheiro Camelo, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON - Reqs. 5 e 7/18 (confirmado);

- Carlos Roberto Soares Mingione,

Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO - Req. 3/18 (confirmado);

- Emir Cadar Filho, Presidente da Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações de Classe de Infraestrutura - BRASINFRA - Req. 5/18 (confirmado);

- Maria Estela Abramides Testa, Presidente do SINDESAM - Sistema Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental, representando a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq - Req. 6/18

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

(confirmada).

Em atendimento aos Requerimentos 3/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), subscrito pelos Deputados Toninho Wandscheer (PROS/PR) e Joaquim Passarinho (PSD/PA); 5/18, do Deputado Bebeto (PSB/BA); 6/18, do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

Resultado:

A - Reunião Deliberativa:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores:

Carlos Eduardo Lima Jorge, Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - COP/CBIC - Req. 7/18;

Evaristo Augusto Pinheiro Camelo, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON - Reqs. 5 e 7/18;

Carlos Roberto Soares Mingione, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO - Req. 3/18;

Emir Cadar Filho, Presidente da Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações de Classe de Infraestrutura - BRASINFRA - Req. 5/18;

Maria Estela Abramides Testa, Presidente do SINDESAM - Sistema Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental, representando a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq - Req. 6/18.

Em atendimento aos Requerimentos 3/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), subscrito pelos Deputados Toninho Wandscheer (PROS/PR) e Joaquim Passarinho (PSD/PA); 5/18, do Deputado Bebeto (PSB/BA); 6/18, do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

1 - REQUERIMENTO Nº 39/18 - do Sr. Evair Vieira de Melo - (PL 1292/1995) - que "requer o aditamento de convidado para audiência sobre o Projeto de Lei nº 1.292/1995, aprovada pelo Requerimento nº 20/2018, para ser convidado o Sr. Ronny Charles, Advogado da União, Coordenador da Comissão Permanente de Licitações da Consultoria Geral da União e autor de livros jurídicos sobre licitações públicas".

NÃO DELIBERADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 40/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater a temática acerca da modalidade licitatória "pregão" no Projeto de Lei nº 6.814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidado o jurista Victor Aguiar Jardim de Amorim".

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

NÃO DELIBERADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 41/18 - do Sr. Vitor Lippi - (PL 1292/1995) - que "solicita informações ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como forma de contribuição a esta Comissão Especial que estuda formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública".

NÃO DELIBERADO.

10/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Ricardo Gomes, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia - ABCE - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

- José Eugenio Souza de Bueno Gizzi, membro do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria - Coinfra/CNI - Reqs. 6/18 e 7/18 (confirmado);

- Luigi Nese, Presidente Fundador da Confederação Nacional de Serviços - CNS - Req. 7/18 (confirmado);

- Bruno Murat, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo - CNC - Req. 7/18 (confirmado);

- Guivaldo Baptista, Vice-

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

- Joel Krüger, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

- Jeovani Salomão, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Assespro Nacional - Req. 7/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 3/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), subscrito pelos Deputados Toninho Wandscheer (PROS/PR) e Joaquim Passarinho (PSD/PA); 6/18, do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

Resultado:

I - Audiência Pública

Tema:

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores:

Ricardo Gomes, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia - ABCE - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

José Eugenio Souza de Bueno Gizzi, membro do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria - Coinfra/CNI - Reqs. 6/18 e 7/18 (confirmado);

Luigi Nese, Presidente Fundador da Confederação Nacional de Serviços - CNS - Req. 7/18 (confirmado);

Bruno Murat, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo - CNC - Req. 7/18 (confirmado);

Guivaldo Baptista, Vice- Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

Joel Krüger, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA - Reqs. 3/18 e 7/18 (confirmado);

Jeovani Salomão, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Assespro Nacional - Req. 7/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos 3/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), subscrito pelos Deputados Toninho Wandscheer (PROS/PR) e Joaquim Passarinho (PSD/PA); 6/18, do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC); e 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Deliberação de requerimentos apresentados até às 18h da véspera da reunião.

1 - REQUERIMENTO Nº 39/18 - do Sr. Evair Vieira de Melo - (PL 1292/1995) - que "requer o aditamento de convidado para audiência sobre o Projeto de Lei nº 1.292/1995, aprovada pelo Requerimento nº 20/2018, para ser convidado o Sr. Ronny Charles, Advogado da União, Coordenador da Comissão Permanente de Licitações da Consultoria Geral da União e autor de livros jurídicos sobre licitações públicas".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 40/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater a temática acerca da modalidade licitatória "pregão" no Projeto de Lei nº 6.814, de 2017, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidado o jurista Victor Aguiar Jardim de Amorim".

APROVADO COM A INCLUSÃO, COMO CONVIDADO, DE REPRESENTANTE DA ATRICON - ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL, E PARA QUE A COMISSÃO REALIZE SEMINÁRIO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS.

3 - REQUERIMENTO Nº 41/18 - do Sr. Vitor Lippi - (PL 1292/1995) - que "solicita informações ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como forma de contribuição a esta Comissão Especial que estuda formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 42/18 - do Sr. Hugo Leal - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de seminário - no âmbito da Comissão PL 1292/95 - Licitações, no Estado do Rio de Janeiro".

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

APROVADO, COM A INCLUSÃO DOS ESTADOS DO MARANHÃO E CEARÁ, A PEDIDO DOS DEPUTADOS HILDO ROCHA E ODORICO MONTEIRO, RESPECTIVAMENTE.

5 - REQUERIMENTO Nº 43/18 - do Sr. Augusto Coutinho - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Seminário em Pernambuco para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública".

APROVADO, COM A INCLUSÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG, A PEDIDO DO DEPUTADO TONINHO PINHEIRO.

6 - REQUERIMENTO Nº 44/18 - do Sr. Celso Maldaner - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de seminário - no âmbito da Comissão PL 1292/95 - Licitações, no Estado de Santa Catarina".

APROVADO.

7 - REQUERIMENTO Nº 45/18 - do Sr. Joaquim Passarinho - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Seminário no Estado do Pará, com os convidados discriminados abaixo, a fim de discutir as mudanças contidas em PL e apensados acerca da Lei de Licitações".

APROVADO.

8 - REQUERIMENTO Nº 46/18 - da Sra. Flávia Moraes - (PL 1292/1995) - que "requer que seja realizado seminário na cidade de Goiânia/GO para discutir as mudanças da Lei nº 8.666/93 através da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 1292/95, e apensos, que trata de Licitações nas Obras Públicas".

APROVADO.

LOCAL: Anexo II, Plenário 13

HORÁRIO: 14h30min

11/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Guilherme France, representante da Transparência Internacional - Req. 7/18 (confirmado);

- Sinuê Aliram, Especialista Sênior em Licitações do Banco Mundial - Req. 7/18 (confirmado);

- Cássio Gama Amaral, Especialista em Direito de Seguros - Req. 7/18 (confirmado);

- Caio Magri,

Diretor Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - Req. 7/18 (confirmado);

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

- Edivan Garcia Correa, representante do Observatório Social do Brasil - Req. 2/18 (confirmado);

- Manoel Galdino,

Diretor-Executivo da Transparência Brasil - Req. 2/18 (confirmado);

- Pedro Jorge Rocha de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP - Req. 38/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2/18, dos Deputados Chico Alencar (PSOL/RJ) e Ivan Valente (PSOL/SP); 7/18 e 38/18, estes do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

Resultado:

I - Audiência Pública realizada

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores presentes:

Guilherme France, representante da Transparência Internacional - Req. 7/18 (confirmado);

Sinuê Aliram, Especialista Sênior em Licitações do Banco Mundial - Req. 7/18 (confirmado);

Cássio Gama Amaral, Especialista em Direito de Seguros - Req. 7/18 (confirmado);

Caio Magri, Diretor Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - Req. 7/18 (confirmado);

Edivan Garcia Correa, representante do Observatório Social do Brasil - Req. 2/18 (confirmado);

Manoel Galdino, Diretor-Executivo da Transparência Brasil - Req. 2/18 (confirmado);

Pedro Jorge Rocha de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP - Req. 38/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2/18, dos Deputados Chico Alencar (PSOL/RJ) e Ivan Valente (PSOL/SP); 7/18 e 38/18, estes do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Requerimento:

1 - REQUERIMENTO Nº 48/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Seminário em CURITIBA-PR., para debater formas de aprimoramento das normas para licitações e contratos da administração pública"

APROVADO.

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

16/04/2018 – 08:30

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Organização: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 40/18

Inscrições gratuitas até 12/04 pelo email: eventos@sergs.com.br ou pelo telefone: (51) 3224-6133. Estacionamento gratuito disponível no local (ao lado do prédio do Sinduscon-RS).

Programação

8h30 - Recepção e credenciamento

8h45 - Abertura

- Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

- Autoridades: Governador do Estado do RS - José Ivo Sartori;

- Prefeito Municipal de POA - Nelson Marchezan Jr.;

- Relator da Lei 8666 no Senado - Pedro Simon;

- Relator da Comissão da Câmara que analisa a Lei de Licitações - Deputado João Arruda

9h - Paineis 1: A Lei Geral das Licitações, atual Lei 8666: sua essencialidade, sua obediência à Constituição, a Gênese, as razões das críticas, os seus princípios, os descumprimentos que atrasam as obras e arruinam os contratados, as distorções nela introduzidas, as lacunas pelos vetos, a má aplicação, as interpretações equivocadas, o desconhecimento do seu conteúdo, os seus dispositivos que impedem o conluio e a corrupção, e as suas exigências de defesa do bem comum.

- Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

9h45 - Paineis 2: As sugestões dos operadores da Engenharia de todo o Brasil para o aprimoramento do texto da lei 8666 a fim de impedir as atuais distorções ruins na sua aplicação. As propostas foram feitas sobre o texto da lei 8666, e não sobre o PL 6814 aprovado pelo Senado e em discussão na Câmara de Deputados, pelas razões que serão apresentadas no painel seguinte.

- Presidente do SICEPOT/RS - Eng. Ricardo Lins Portella Nunes

- Ex-presidente da CBIC - Marcos Sant'Anna

- Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

11h - Paineis 3: Os graves inconvenientes e equívocos do PL 6814 aprovado no Senado

- Sócio fundador da VG&P Advogados, Pós-Doutor pela Columbia University Law School - Fernando Vernalha Guimarães

- Ex-presidente da CBIC - Marcos Sant'Anna

- Sinaenco - Cylon Rosa

11h45 - Paineis 4: Apreciação das propostas da Engenharia e Arquitetura nacional para o aprimoramento da lei 8666 apresentadas anteriormente

- Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - Pedro Figueiredo

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

- Confederação Nacional dos Municípios - Paulo Ziulkoski

- Relator da Comissão da Câmara que analisa a Lei de Licitações - Deputado João Arruda

- Procurador Geral do Ministério Público de Contas - Geraldo da Camino

- Entidades dos vários setores da Engenharia Nacional

13h - Coffee Break

13h30 - Discussão

15h - Encerramento

Resultado:

TEMA: "Propostas para Evitar Graves Retrocessos na Lei de Licitações que Levaram à Lava-Jato"

Organização: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 40/18

Programação

8h30 - Recepção e credenciamento

8h45 - Abertura

Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

Autoridades: Governador do Estado do RS - José Ivo Sartori;

Prefeito Municipal de POA - Nelson Marchezan Jr.;

Relator da Lei 8666 no Senado - Pedro Simon;

Relator da Comissão da Câmara que analisa a Lei de Licitações - Deputado João Arruda

9h - Painel 1: A Lei Geral das Licitações, atual Lei 8666: sua essencialidade, sua obediência à Constituição, a Gênese, as razões das críticas, os seus princípios, os descumprimentos que atrasam as obras e arruinam os contratados, as distorções nela introduzidas, as lacunas pelos vetos, a má aplicação, as interpretações equivocadas, o desconhecimento do seu conteúdo, os seus dispositivos que impedem o conluio e a corrupção, e as suas exigências de defesa do bem comum.

Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

9h45 - Painel 2: As sugestões dos operadores da Engenharia de todo o Brasil para o aprimoramento do texto da lei 8666 a fim de impedir as atuais distorções ruinosas na sua aplicação. As propostas foram feitas sobre o texto da lei 8666, e não sobre o PL 6814 aprovado pelo Senado e em discussão na Câmara de Deputados, pelas razões que serão apresentadas no painel seguinte.

Presidente do SICEPOT/RS - Eng. Ricardo Lins Portella Nunes

Ex-presidente da CBIC - Marcos Sant'Anna

Presidente da Sociedade de Engenharia do RS - SERGS - Eng. Luis Roberto Ponte

11h - Painel 3: Os graves inconvenientes e equívocos do PL 6814 aprovado no Senado

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Sócio fundador da VG&P Advogados, Pós-Doutor pela Columbia University Law School - Fernando Vernalha Guimarães

Ex-presidente da CBIC - Marcos Sant'Anna

Sinaenco - Cylon Rosa

11h45 - Painel 4: Apreciação das propostas da Engenharia e Arquitetura nacional para o aprimoramento da lei 8666 apresentadas anteriormente

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - Pedro Figueiredo

Confederação Nacional dos Municípios - Paulo Ziulkoski

Relator da Comissão da Câmara que analisa a Lei de Licitações - Deputado João Arruda

Procurador Geral do Ministério Público de Contas - Geraldo da Camino

Entidades dos vários setores da Engenharia Nacional

13h - Coffee Break

13h30 - Discussão

15h - Encerramento

LOCAL: Teatro Sinduscon-RS (Av. Augusto Meyer, 146 - Porto Alegre/RS)

HORÁRIO: 08h30min

17/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Álvaro Fakredin, Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI - Req. 7/18 (confirmado);
- Wesley Rodrigo Couto Lira, Diretor de Normas e Sistemas de Logística do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representando a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP - Req. 1/18 (confirmado);
- Telmo Lemos Filho,
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF - ANAPE - Req. 5/18 (confirmado);
- Luis Roberto Ponte, Autor da Lei 8666/93 - Req. 7/18 (confirmado);
- Viviane Moura Bezerra, Superintendente de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí - SUPARC/Piauí - Req. 14/18

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

(confirmada);

- Magno Antonio Correia de Mello, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados - Req. 20/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

1/18, do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ);

5/18, do Deputado Bebeto (PSB/BA);

7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);

14/18, do Deputado Assis Carvalho (PT/PI);

20/18, do Deputado Marcus Vicente (PP/ES); e

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA).

Resultado:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores:

Wesley Rodrigo Couto Lira, Diretor de Normas e Sistemas de Logística do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representando a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP - Req. 1/18 (confirmado);

Telmo Lemos Filho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF - ANAPE - Req. 5/18 (confirmado);

Luis Roberto Ponte, Autor da Lei 8666/93 - Req. 7/18 (confirmado);

Viviane Moura Bezerra, Superintendente de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí - SUPARC/Piauí - Req. 14/18 (confirmada);

Magno Antonio Correia de Mello, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados - Req. 20/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

1/18, do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ);

5/18, do Deputado Bebeto (PSB/BA);

7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);

14/18, do Deputado Assis Carvalho (PT/PI);

20/18, do Deputado Marcus Vicente (PP/ES); e

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA).

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

II - Requerimentos:

1 - REQUERIMENTO Nº 47/18 - do Sr. Chico Alencar - (PL 1292/1995) - que "requer seja realizada Audiência Pública da Comissão Especial para debater o funcionamento de concursos para a área de arquitetura dentro da legislação de licitações. Para tanto, deverá ser convidado o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Nivaldo Andrade e o Presidente do IAB-RJ, Pedro Luz".

APROVADO.

2 - REQUERIMENTO Nº 49/18 - do Sr. João Carlos Bacelar - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública desta Comissão Especial com a presença da Senhora Flávia Bittar, presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr".

APROVADO.

3 - REQUERIMENTO Nº 50/18 - do Sr. Joaquim Passarinho - (PL 1292/1995) - que "requer que seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial para debater o PL 1292, de 1995, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", sendo convidado o Sr. Nivaldo Vieira de Andrade Júnior, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil".

APROVADO.

4 - REQUERIMENTO Nº 51/18 - do Sr. Evandro Roman - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de Audiência Pública desta Comissão Especial com a presença Sr. Rafael Mario Sebben, Vice-Presidente Regional do Rio Grande do Sul da Federação Nacional das Empresas de Tecnologia de Informação (FENAINFO)".

APROVADO.

5 - REQUERIMENTO Nº 52/18 - do Sr. João Arruda - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de audiência pública com a participação do Dr. BERNARDO STROBEL GUIMARÃES - graduado em direito, especialista em direito tributário, possui extensão em direito econômico, mestre e doutor em direito do estado, professor de economia política da PUC/PR, entre outros".

APROVADO.

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

18/04/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

I - Audiência Pública

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Floriano de Azevedo Marques, Doutor em Direito do Estado e Docente na USP - Req. 7/18 (confirmado);

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

- Jean Phierre Vargas, Presidente da Comissão de Advogados Publicistas - OAB/MS - Req. 7/18 (confirmado);
- Daniel Ferreira, Doutor e Professor de Direito Administrativo - Req. 1/18 (confirmado);
- João Paulo Lacerda da Silva, Professor de Direito Administrativo da PUC/SP - Req. 9/18 (confirmado);
- André Rosilho, Professor da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito-SP e Coordenador do Curso de Direito Público da SBDP/FGV Direito-SP - Req. 27/18 (confirmado);
- Guilherme Carvalho e Sousa, Doutor em Direito Administrativo - Req. 33/18 (confirmado);
- Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Diretor de Relações Político-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON - Req. 40/18 (confirmado);
- Eduardo Tadeu Pereira, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios - ABM - Req. 17/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

- 1/18, do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ);
- 7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);
- 9/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);
- 15/18, do Deputado Patrus Ananias (PT/MG);
- 17/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);
- 27/18, do Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB/GO);
- 33/18, do Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA);
- 40/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

Resultado:

I - Audiência Pública realizada com a presença dos seguintes convidados:

- Floriano de Azevedo Marques, Doutor em Direito do Estado e Docente na USP - Req. 7/18;
- Jean Phierre Vargas, Presidente da Comissão de Advogados Publicistas - OAB/MS - Req. 7/18;
- Daniel Ferreira, Doutor e Professor de Direito Administrativo - Req. 1/18;
- João Paulo Lacerda da Silva, Professor de Direito Administrativo da PUC/SP - Req. 9/18;
- André Rosilho, Professor da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito-SP e Coordenador do Curso de Direito Público da SBDP/FGV Direito-SP - Req. 27/18;
- Guilherme Carvalho e Sousa, Doutor em Direito Administrativo - Req. 33/18;
- Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Diretor de Relações Político-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON - Req. 40/18;
- Eduardo Tadeu Pereira, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios - ABM - Req. 17/18.

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

1/18, do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ);

7/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);

9/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

15/18, do Deputado Patrus Ananias (PT/MG);

17/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

27/18, do Deputado Giuseppe Vecci (PSDB/GO);

33/18, do Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA);

40/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR).

II - Requerimento:

1 - REQUERIMENTO Nº 53/18 - do Sr. Toninho Pinheiro - (PL 1292/1995) - que "requer a realização de audiência pública para discutir o seguro-garantia nas contratações públicas, sendo convidados o Juiz Federal Sérgio Moro, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Carmen Lucia e a Procuradora Geral da República Raquel Dodge". APROVADO COM INCLUSÃO DA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS EM ARACAJU E CAMPO GRANDE.

23/04/2018 – 08:30

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

8h30 - Abertura

Dr. José Augusto de Araújo Noronha, Presidente da OAB-PR;

8h40 - Painel 1

Deputado Augusto Coutinho, Presidente da Comissão Especial - PL 1292/95 - Licitações;

Deputado João Arruda, Relator da Comissão Especial - PL 1292/95 - Licitações.

9h40 - Painel 2: Professores e Especialistas do tema

Dr. Edgar Guimarães, Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo;

Dr. Luciano Elias Reis, Presidente da Comissão de Gestão Pública da OAB-PR;

Dr. Felipe Boselli, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos da OAB-SC;

Dra. Vivian Lima, Professora de Direito Administrativo da PUCPR; e

Dra. Francine Frederico, Diretora Jurídica da AMP.

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

10h50 - Debates

11h30 - Encerramento

Coordenação: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 48/18

Resultado:

TEMA: "Projeto de Lei 6814/2017 - Nova Lei de Licitações"

Programação

8h30 - Abertura

Dr. José Augusto de Araújo Noronha, Presidente da OAB-PR;

8h40 - Painel 1

Deputado Augusto Coutinho, Presidente da Comissão Especial - PL 1292/95 - Licitações;

Deputado João Arruda, Relator da Comissão Especial - PL 1292/95 - Licitações.

9h40 - Painel 2: Professores e Especialistas do tema

Dr. Edgar Guimarães, Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo;

Dr. Luciano Elias Reis, Presidente da Comissão de Gestão Pública da OAB-PR;

Dr. Felipe Boselli, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos da OAB-SC;

Dra. Vivian Lima, Professora de Direito Administrativo da PUCPR; e

Dra. Francine Frederico, Diretora Jurídica da AMP.

10h50 - Debates

11h30 - Encerramento

Coordenação: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 48/18

LOCAL: Auditório da OAB/PR (Rua Brasilino Moura, 253 - Ahú - Curitiba - PR)

HORÁRIO: 08h30min

24/04/2018 – 09:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Coordenação: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO) - Req. 46/18

9h - Mesa de Abertura

Deputada Federal Flávia Moraes (Membro da Comissão Especial - Licitações)

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Deputado Federal Augusto Coutinho (Presidente da Comissão Especial - Licitações)

Deputado Estadual José Vitti (Presidente da Assembleia Legislativa)

Kennedy Trindade (Presidente do TCE/GO)

Joaquim Alves de Castro Neto (Presidente do TCM/GO)

Dr. Saulo de Oliveira (Coordenador do PPGDP - UFG)

Prefeito Paulo Sergio de Rezende de Rezende (Presidente da AGM)

Prefeito Haroldo Naves Soares (Presidente da FGM)

10h - Painel

Dr. Antonio Flávio de Oliveira (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dra. Fernanda Naves (TCM-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Fernando Carneiro (TCE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Antonio Flávio de Oliveira (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dra. Fernanda Naves (TCM-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Fernando Carneiro (TCE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Cleuler Barbosa (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Heberon Alcantara (Professor e Coordenador de extensão da FD-UFG)

11h - Debates

12h - Encerramento

Resultado:

Coordenação: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO) - Req. 46/18

9h - Mesa de Abertura

Deputada Federal Flávia Moraes (Membro da Comissão Especial - Licitações)

Deputado Federal Augusto Coutinho (Presidente da Comissão Especial - Licitações)

Deputado Estadual José Vitti (Presidente da Assembleia Legislativa)

Kennedy Trindade (Presidente do TCE/GO)

Joaquim Alves de Castro Neto (Presidente do TCM/GO)

Dr. Saulo de Oliveira (Coordenador do PPGDP - UFG)

Prefeito Paulo Sergio de Rezende de Rezende (Presidente da AGM)

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Prefeito Haroldo Naves Soares (Presidente da FGM)

10h - Painel

Dr. Antonio Flávio de Oliveira (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dra. Fernanda Naves (TCM-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Fernando Carneiro (TCE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Antonio Flávio de Oliveira (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dra. Fernanda Naves (TCM-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Fernando Carneiro (TCE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Cleuler Barbosa (PGE-GO e PPGDP-UFG)

Dr. Heberson Alcantara (Professor e Coordenador de extensão da FD-UFG)

11h - Debates

12h - Encerramento

LOCAL: Auditório Solon Amaral - Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

HORÁRIO: 09h

24/04/2018 – 14:30

Audiência Pública

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Ermínio Alves de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE - Req. 13/18 (confirmado);

- Thiago José Galvão das Neves,

Pró-reitor da UFPE, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior - ANDIFES - Req. 16/18 (confirmado);

- Murilo Celso de Campos Pinheiro,

Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros - FNE - Req. 18/18 (confirmado);

- José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB - Req. 22/18 (confirmado);

- Rudimar Barbosa dos Reis, Presidente do Instituto Negócios Públicos - Req. 23/18 (confirmado);

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

- Luciana Dutra de Souza

, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes - ANETRANS - Req. 28/18 (confirmado);

- Rodrigo Alberto Correia da Silva,

Presidente da Filial de São Paulo da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil - BRITCHAM - Req. 30/18 (confirmado);

- Alécia Paolucci Nogueira Bicalho, Especialista em contratações governamentais, licitações, infraestrutura e regulação - Req. 32/18 (confirmada).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

13/18, do Deputado Laercio Oliveira (PP/SE);

16/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

18/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP);

22/18, do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP);

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA);

28/18, do Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA);

30/18, do Deputado João Arruda (PMB/PR);

32/18, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

Resultado:

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Expositores:

Ermínio Alves de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE - Req. 13/18 (confirmado);

Thiago José Galvão das Neves, Pró-reitor da UFPE, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior - ANDIFES - Req. 16/18 (confirmado);

Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros - FNE - Req. 18/18 (confirmado);

José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB - Req. 22/18 (confirmado);

Rudimar Barbosa dos Reis, Presidente do Instituto Negócios Públicos - Req. 23/18 (confirmado);

Luciana Dutra de Souza, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes - ANETRANS - Req. 28/18 (confirmado);

Rodrigo Alberto Correia da Silva, Presidente da Filial de São Paulo da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil - BRITCHAM - Req. 30/18 (confirmado);

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Alécia Paolucci Nogueira Bicalho, Especialista em contratações governamentais, licitações, infraestrutura e regulação - Req. 32/18 (confirmada).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

13/18, do Deputado Laercio Oliveira (PP/SE);

16/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

18/18, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP);

22/18, do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP);

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA);

28/18, do Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA);

30/18, do Deputado João Arruda (PMB/PR);

32/18, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

25/04/2018 – 14:30

Audiência Pública

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

- Rodrigo Pagani de Souza, Professor Doutor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da USP e da FGV/SP - Req. 22/18 (confirmado);

- Fabrício Motta, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA - Req. 24/18 (confirmado);

- Lucianita Ribeiro Dayrell

, Chefe da Secretaria de Licitações da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Req. 31/18 (confirmada);

- Marcelino Rodrigues Mendes Filho, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - Anafe - Req. 31/18 (confirmado);

- Irene Nohara, Advogada Especialista em Direito Administrativo e Professora da Universidade Mackenzie de São Paulo - Req. 36/18 (confirmada);

- Victor Aguiar Jardim de Amorim, Pregoeiro do Senado Federal - Req. 40/18 (confirmado);

- Ronny Charles, Advogado da União, Coordenador da Comissão Permanente de Licitações da Consultoria Geral da União - Req.

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

39/18 (confirmado);

- Anderson Sant'Ana Pedra, Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP e Procurador do Estado do Espírito Santo - Req. 20/18 (confirmado);

- Rafael Mario Sebben, Vice-Presidente Regional da Federação Nacional das Empresas de Tecnologia da Informação - FENAINFO - Req. 51/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

20/18, do Deputado Marcus Vicente (PP/ES);

22/18, do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP);

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA);

24/18, do Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO);

31/18 - Assis Carvalho (PT/PI), com alteração proposta pelo Deputado Afonso Florence (PT/BA);

36/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

39/18, do Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES);

40/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);

51/18, do Deputado Evandro Roman (PSD/PR).

Resultado:

Tema:

Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

Convidados:

Rodrigo Pagani de Souza, Professor Doutor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da USP e da FGV/SP - Req. 22/18 (confirmado);

Fabício Motta, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA - Req. 24/18 (confirmado);

Lucianita Ribeiro Dayrell, Chefe da Secretaria de Licitações da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Req. 31/18 (confirmada);

Marcelino Rodrigues Mendes Filho, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - Anafe - Req. 31/18 (confirmado);

Irene Nohara, Advogada Especialista em Direito Administrativo e Professora da Universidade Mackenzie de São Paulo - Req. 36/18 (confirmada);

Victor Aguiar Jardim de Amorim, Pregoeiro do Senado Federal - Req. 40/18 (confirmado);

Ronny Charles, Advogado da União, Coordenador da Comissão Permanente de Licitações da Consultoria Geral da União - Req. 39/18 (confirmado);

Anderson Sant'Ana Pedra, Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP e Procurador do Estado do Espírito Santo - Req. 20/18

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

(confirmado);

Rafael Mario Sebben, Vice-Presidente Regional da Federação Nacional das Empresas de Tecnologia da Informação - FENAINFO - Req. 51/18 (confirmado).

Em atendimento aos Requerimentos nºs:

20/18, do Deputado Marcus Vicente (PP/ES);

22/18, do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP);

23/18, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA);

24/18, do Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO);

31/18 - Assis Carvalho (PT/PI), com alteração proposta pelo Deputado Afonso Florence (PT/BA);

36/18, do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG);

39/18, do Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES);

40/18, do Deputado João Arruda (PMDB/PR);

51/18, do Deputado Evandro Roman (PSD/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

03/05/2018 – 09:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Av. Cons. João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho, Aracaju/SE

Coordenação: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 53/18

9h00 - Abertura

Dr. Ulices Andrade, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

9h40 - Apresentação: Propostas e Sugestões para a Lei de Licitações

Luciano Franco Barreto, Presidente da ASEOPP - Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas

10h30 - Painei

Debatedor: Deputado Federal João Arruda, Relator do Projeto de Lei de Licitações

11h20 - Debates

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

12h00 - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Av. Cons. João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho, Aracaju/SE

Coordenação: Deputado João Arruda (PMDB/PR) - Req. 53/18

9h00 - Abertura

Dr. Ulices Andrade, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

9h40 - Apresentação: Propostas e Sugestões para a Lei de Licitações

Luciano Franco Barreto, Presidente da ASEOPP - Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas

10h30 - Painel

Debatedor: Deputado Federal João Arruda, Relator do Projeto de Lei de Licitações

11h20 - Debates

12h00 - Encerramento

LOCAL: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

HORÁRIO: 09h

04/05/2018 – 14:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

14h00 - Abertura

Dr. Mansour Elias Karmouche, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul;

Dr. João Paulo Lacerda da Silva, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS;

Deputado Federal Augusto Coutinho, Presidente da Comissão Especial;

Deputado Federal João Arruda, Relator da Comissão Especial;

Carlos Marun, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

14h45 - Palestra: Aspectos Relevantes do PL nº 6814/2017

Jean Phierre Vargas (MS)

Advogado, Presidente da Comissão do Advogado Publicista da OAB/MS, Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

de Mato Grosso do Sul - IDAMS.

15h00 - Palestra: Inexigibilidade e Dispensa: Reflexões sobre o Dever de Licitar

José Roberto Tiossi Junior (PR)

Advogado, Mestre em Direito, Pós-Graduado em Direito Público e Tributário, Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Licitações e Contratos.

15h15 - Palestra: O Projeto da Nova Lei de Contratação Pública: o que ainda necessita ser mudado?

Guilherme Carvalho (DF)

Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP, Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo UNICEUB, Professor do Curso de Direito e Pós-Graduação em Direito em Brasília/DF, Vice-Presidente da Associação Paulista de Direito Administrativo (APDA).

15h30 - Palestra: Avanços e Retrocessos no Projeto da Nova Lei de Licitações

Cristiana Fortini (MG)

Doutora em Direito Administrativo, Professora de Graduação, Mestrado e Doutorado da UFMG, Visiting Scholar na George Washington University, Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MG, Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

15h50 - Exposição dos Convidados

16h30 - Debates e Apresentação de Propostas

17h00 - Encerramento

Resultado:

Programação

14h00 - Abertura

Dr. Mansour Elias Karmouche, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul;

Dr. João Paulo Lacerda da Silva, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS;

Deputado Federal Augusto Coutinho, Presidente da Comissão Especial;

Deputado Federal João Arruda, Relator da Comissão Especial;

Carlos Marun, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

14h45 - Palestra: Aspectos Relevantes do PL nº 6814/2017

Jean Phierre Vargas (MS)

Advogado, Presidente da Comissão do Advogado Publicista da OAB/MS, Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS.

15h00 - Palestra: Inexigibilidade e Dispensa: Reflexões sobre o Dever de Licitar

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

José Roberto Tiossi Junior (PR)

Advogado, Mestre em Direito, Pós-Graduado em Direito Público e Tributário, Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Licitações e Contratos.

15h15 - Palestra: O Projeto da Nova Lei de Contratação Pública: o que ainda necessita ser mudado?

Guilherme Carvalho (DF)

Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP, Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo UNICEUB, Professor do Curso de Direito e Pós-Graduação em Direito em Brasília/DF, Vice-Presidente da Associação Paulista de Direito Administrativo (APDA).

15h30 - Palestra: Avanços e Retrocessos no Projeto da Nova Lei de Licitações

Cristiana Fortini (MG)

Doutora em Direito Administrativo, Professora de Graduação, Mestrado e Doutorado da UFMG, Visiting Scholar na George Washington University, Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MG, Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

15h50 - Exposição dos Convidados

16h30 - Debates e Apresentação de Propostas

17h00 - Encerramento

LOCAL: OAB/MS - Av. Mato Grosso, 4682 - Campo Grande/MS

HORÁRIO: 14h

04/05/2018 – 14:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Complexo das Comissões - Assembleia Legislativa do Estado de Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres - Fortaleza - CE

Coordenação: Deputado Odorico Monteiro (PSB/CE) - Req. 42/18

14h - Mesa de Abertura

Deputado Odorico Monteiro (PSB/CE) - Membro da Comissão de Licitação do PL 1292/95

Deputado Estadual Audic Mota (PSB/CE)

Deputado Vitor Lippi (PSDB) - Membro da Comissão de Licitação do PL 1292/95.

Deputado Estadual Zezinho Albuquerque - Presidente da Assembleia Legislativa.

Presidente Edilberto Pontes - Tribunal de Contas do Ceará - TCE/CE

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Presidente Gadyel Gonçalves de Aguiar - Associação dos Prefeitos do Ceará -APRECE.

Presidente Cesar Veras - Presidente da União de Vereadores do Ceará - UVC

15h - Painel - Nova Lei de Licitações

Dr. Juvêncio Vasconcelos Viana - Procurador Geral do Estado do Ceará

Dr. Giuliano Menezes Campos - Procurador da Fazenda/ Professor de Direito Tributário e Administrativo

Sra. Valeria Rodrigues - Coordenadora de Licitações da PGE

Representante do Conselho de Secretários de Municipais de Saúde - COSEMS

Representante do SINDUSCON

Representante da ASSEPRO- CE

Sr. Ricardo Libermann - Representante da SECREL

Sr. Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário Estadual de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará- SEPLAG

Sr. José Ricardo Moreira Dias - Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Ceará

17h20 - Debates

18h - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Complexo das Comissões - Assembleia Legislativa do Estado de Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres - Fortaleza - CE

Coordenação: Deputado Odorico Monteiro (PSB/CE) - Req. 42/18

14h - Mesa de Abertura

Deputado Odorico Monteiro (PSB/CE) - Membro da Comissão de Licitação do PL 1292/95

Deputado Estadual Audic Mota (PSB/CE)

Deputado Vitor Lippi (PSDB) - Membro da Comissão de Licitação do PL 1292/95.

Deputado Estadual Zezinho Albuquerque - Presidente da Assembleia Legislativa.

Presidente Edilberto Pontes - Tribunal de Contas do Ceará - TCE/CE

Presidente Gadyel Gonçalves de Aguiar - Associação dos Prefeitos do Ceará -APRECE.

Presidente Cesar Veras - Presidente da União de Vereadores do Ceará - UVC

15h - Painel - Nova Lei de Licitações

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Dr. Juvêncio Vasconcelos Viana - Procurador Geral do Estado do Ceará

Dr. Giuliano Menezes Campos - Procurador da Fazenda/ Professor de Direito Tributário e Administrativo

Sra. Valeria Rodrigues - Coordenadora de Licitações da PGE

Representante do Conselho de Secretários de Municipais de Saúde - COSEMS

Representante do SINDUSCON

Representante da ASSEPRO- CE

Sr. Ricardo Libermann - Representante da SECREL

Sr. Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário Estadual de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará- SEPLAG

Sr. José Ricardo Moreira Dias - Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Ceará

17h20 - Debates

18h - Encerramento

LOCAL: Complexo das Comissões - Assembleia Legislativa do Estado de Ceará

HORÁRIO: 14h

07/05/2018 – 08:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

Travessa Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco B, 7º andar - Nazaré - Belém/PA

Coordenação: Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA) - Req. 45/18

8h00 - Abertura

8h30 - Painel

Governador do Estado do Pará, Simão Jatene

Prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Estadual Márcio Miranda

Representante da Associação Comercial do Pará

Presidente do Conselho de Jovens Empresários, Eduardo ShijiYamoto

Presidente da Federação das Indústrias do Pará - FIEPA, José Conrado Azevedo Santos

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Pará - SINDUSCON, Alex Dias Carvalho

10h30 - Debates

12h00 - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

Travessa Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco B, 7º andar - Nazaré - Belém/PA

Coordenação: Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA) - Req. 45/18

8h00 - Abertura

8h30 - Painei

Governador do Estado do Pará, Simão Jatene

Prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Estadual Márcio Miranda

Representante da Associação Comercial do Pará

Presidente do Conselho de Jovens Empresários, Eduardo ShijiYamoto

Presidente da Federação das Indústrias do Pará - FIEPA, José Conrado Azevedo Santos

Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Pará - SINDUSCON, Alex Dias Carvalho

10h30 - Debates

12h00 - Encerramento

LOCAL: FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

HORÁRIO: 08h

07/05/2018 – 09:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

Palácio Manuel Beckman - Av. Jerônimo de Albuquerque - Sítio do Rangedor - Calhau - São Luis - MA

Coordenação: Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) - Req. 42/18

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

9h - Abertura

9h30 - Painel

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José de Ribamar Caldas Furtado;

Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa;

Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho;

Presidente da Federação Maranhense de Municípios, Cleomar Tema Carvalho;

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, João Conrado de Amorim Carvalho;

Presidente da OAB/MA, Thiago Roberto Moraes Diaz;

Presidente do Conselho Regional de Administração, Samuel Melo Junior;

Presidente da Federação das Indústrias do Maranhão - FIEMA, Edilson Baldez das Neves;

Presidente da Associação Comercial do Maranhão, Felipe Maranhão Mussalém.

11h30 - Debates

13h - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

Palácio Manuel Beckman - Av. Jerônimo de Albuquerque - Sítio do Rangedor - Calhau - São Luis - MA

Coordenação: Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) - Req. 42/18

9h - Abertura

9h30 - Painel

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José de Ribamar Caldas Furtado;

Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa;

Procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho;

Presidente da Federação Maranhense de Municípios, Cleomar Tema Carvalho;

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, João Conrado de Amorim Carvalho;

Presidente da OAB/MA, Thiago Roberto Moraes Diaz;

Presidente do Conselho Regional de Administração, Samuel Melo Junior;

Presidente da Federação das Indústrias do Maranhão - FIEMA, Edilson Baldez das Neves;

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

Presidente da Associação Comercial do Maranhão, Felipe Maranhão Mussalém.

11h30 - Debates

13h - Encerramento

LOCAL: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

HORÁRIO: 09h

07/05/2018 – 14:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Florianópolis - SC

Coordenação: Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) - Req. 44/18

14h - Abertura

14h30 - Painei

FECAM - Federação Catarinense dos Municípios;

OAB - Santa Catarina;

Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina;

Ministério Público de Santa Catarina.

16h30 - Debates

18h - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Florianópolis - SC

Coordenação: Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) - Req. 44/18

14h - Abertura

14h30 - Painei

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

FECAM - Federação Catarinense dos Municípios;

OAB - Santa Catarina;

Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina;

Ministério Público de Santa Catarina.

16h30 - Debates

18h - Encerramento

LOCAL: Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

HORÁRIO: 14h

07/05/2018 – 14:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Auditório Teotônio Vilela

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - São Paulo - SP

Coordenação: Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Vitor Lippi (PSDB/SP) - Req. 21/18

14h - Abertura

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Cauê Macris (confirmado)

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Renato Martins (confirmado)

Ministério Público de Contas de SP - Procurador-Geral Rafael Neubern Demarchi Costa (confirmado)

Deputado João Arruda - Relator da Comissão Especial (confirmado)

15h - Paineis

Ministério Público de Contas de SP - Procurador-Geral Rafael Neubern Demarchi Costa (confirmado)

Tribunal de Contas do Estado de SP - Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi (confirmado)

Secretaria de Estado da Saúde de SP - Representante: Dra. Rosália Bardaro - Coordenadora do Núcleo de Assuntos Jurídicos da Secretaria (confirmado)

OAB SP - Representante Conselheiro Secional Dr. Márcio Cammarosano (confirmado)

Tribunal de Contas do Município de SP - Presidente João Antônio da Silva Filho (a confirmar)

Sindicato dos Corretores de Seguros de SP - SINCOR SP - Representante: Sr. Edmur de Almeida - Coordenador da Comissão de

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Crédito, Garantia e Fiança (confirmado)

Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP - Representante: Carlos Eduardo Lima Jorge, Diretor Executivo (confirmado)

Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente - APECS - Representante: Luiz Roberto Gravina Pladevall, Diretor Presidente (confirmado)

Sindicato dos Engenheiros de SP e Federação Nacional dos Engenheiros - FNE - Presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro (confirmado)

Entidade: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO SP - Representante: Engenheiro Fernando Jardim Mentone, Presidente do Sinaenco Regional São Paulo (confirmado)

Entidade: Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de São Paulo - Representante: Dr. Manoel Ferrari - Vice-Presidente (confirmado)

Conselhos de Secretários Municipais de Saúde SP - COSEMS/SP - Representante - Dr. Clarisvan do Couto Gonçalves - Assessor Técnico (confirmado)

Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura de Americana-SP - Secretário Alex Niuri Silveira Silva (confirmado)

17h - Debates

18h - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Auditório Teotônio Vilela

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - São Paulo - SP

Coordenação: Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Vitor Lippi (PSDB/SP) - Req. 21/18

14h - Abertura

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Cauê Macris (confirmado)

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Renato Martins (confirmado)

Ministério Público de Contas de SP - Procurador-Geral Rafael Neubern Demarchi Costa (confirmado)

Deputado João Arruda - Relator da Comissão Especial (confirmado)

15h - Paineis

Ministério Público de Contas de SP - Procurador-Geral Rafael Neubern Demarchi Costa (confirmado)

Tribunal de Contas do Estado de SP - Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi (confirmado)

Secretaria de Estado da Saúde de SP - Representante: Dra. Rosália Bardaro - Coordenadora do Núcleo de Assuntos Jurídicos da Secretaria (confirmado)

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

OAB SP - Representante Conselheiro Secional Dr. Márcio Cammarosano (confirmado)

Tribunal de Contas do Município de SP - Presidente João Antônio da Silva Filho (a confirmar)

Sindicato dos Corretores de Seguros de SP - SINCOR SP - Representante: Sr. Edmur de Almeida - Coordenador da Comissão de Crédito, Garantia e Fiança (confirmado)

Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP - Representante: Carlos Eduardo Lima Jorge, Diretor Executivo (confirmado)

Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente - APECS - Representante: Luiz Roberto Gravina Pladevall, Diretor Presidente (confirmado)

Sindicato dos Engenheiros de SP e Federação Nacional dos Engenheiros - FNE - Presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro (confirmado)

Entidade: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO SP - Representante: Engenheiro Fernando Jardim Mentone, Presidente do Sinaenco Regional São Paulo (confirmado)

Entidade: Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de São Paulo - Representante: Dr. Manoel Ferrari - Vice-Presidente (confirmado)

Conselhos de Secretários Municipais de Saúde SP - COSEMS/SP - Representante - Dr. Clarisvan do Couto Gonçalves - Assessor Técnico (confirmado)

Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura de Americana-SP - Secretário Alex Niuri Silveira Silva (confirmado)

17h - Debates

18h - Encerramento

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Auditório Teotônio Vilela

HORÁRIO: 14h

11/05/2018 – 09:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Rua da União, 397, Boa Vista, Recife - PE

Coordenação: Deputado Augusto Coutinho (SD/PE) - Req. 43/18

9h - Abertura

9h30 - Painel

Conselheiro MARCOS LORETO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

Engenheiro EVANDRO ALENCAR CARVALHO, Presidente do CREA/PE

Dr. JOSÉ ANTÔNIO ALVAREZ DE LUCAS SIMON, Presidente do SINDUSCON/PE

Dr. ALEXANDRE GUSMÃO, Diretor da Universidade de Pernambuco

Dr. ANTÔNIO JÚNIOR, Secretário de Transportes do Estado de Pernambuco

Dr. CALCIDO MEDEIROS, Superintendente do DNIT de Pernambuco

Engenheiro PEDRO PEREIRA, Presidente do SINAENCO/PE

RAFAEL AMARAL TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, Presidente do CAU/PE

RICARDO ESSINGER, Diretor-Presidente da FIEPE

JOSIAS SILVA DE ALBUQUERQUE, Presidente da Fecomércio-PE

Procurador Regional da República MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA, Procuradoria Regional do MPF/MPU 5a Região

Procurador-Geral de Justiça FRANCISCO DIRCEU BARROS, Ministério Público de Pernambuco

LUCIANA DUTRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Executivo da ANETRANS - Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes

11h30 - Debates

13h - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Rua da União, 397, Boa Vista, Recife - PE

Coordenação: Deputado Augusto Coutinho (SD/PE) - Req. 43/18

9h - Abertura

9h30 - Painel

Conselheiro MARCOS LORETO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Engenheiro EVANDRO ALENCAR CARVALHO, Presidente do CREA/PE

Dr. JOSÉ ANTÔNIO ALVAREZ DE LUCAS SIMON, Presidente do SINDUSCON/PE

Dr. ALEXANDRE GUSMÃO, Diretor da Universidade de Pernambuco

Dr. ANTÔNIO JÚNIOR, Secretário de Transportes do Estado de Pernambuco

Dr. CALCIDO MEDEIROS, Superintendente do DNIT de Pernambuco

Engenheiro PEDRO PEREIRA, Presidente do SINAENCO/PE

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

RAFAEL AMARAL TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, Presidente do CAU/PE

RICARDO ESSINGER, Diretor-Presidente da FIEPE

JOSIAS SILVA DE ALBUQUERQUE, Presidente da Fecomércio-PE

Procurador Regional da República MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA, Procuradoria Regional do MPF/MPU 5ª Região

Procurador-Geral de Justiça FRANCISCO DIRCEU BARROS, Ministério Público de Pernambuco

LUCIANA DUTRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Executivo da ANETRANS - Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes

11h30 - Debates

13h - Encerramento

LOCAL: Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

HORÁRIO: 09h

14/05/2018 – 09:00

Seminário

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Programação

Local: ESA/OAB-RJ - Escola Superior de Advocacia - Auditório 10º andar

Avenida Marechal Câmara, 150 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

Coordenação: Deputado Hugo Leal (PSD/RJ) - Req. 42/18

9h - Abertura

Deputado Federal Hugo Leal

Deputado João Arruda, Relator da Comissão Especial

Felipe Santa Cruz, Presidente da OAB/RJ

Sergio Coelho, Diretor da Escola Superior de Advocacia - ESA/OAB-RJ

Thaís Marçal - Coordenador de Direito Público - ESA/OAB-RJ

10h - Painel

João Paulo da Silveira Ribeiro, Presidente da Comissão de Obras, Concessões e Controle da OAB/RJ

Leonardo Vizeu, Representante da AGU

Jessé Torres Pereira Jr., Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJ/RJ

Thaís Marçal - Coordenador de Direito Público - ESA/OAB-RJ

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

11h - Debates

12h00 - Encerramento

Resultado:

Programação

Local: ESA/OAB-RJ - Escola Superior de Advocacia - Auditório 10º andar

Avenida Marechal Câmara, 150 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

Coordenação: Deputado Hugo Leal (PSD/RJ) - Req. 42/18

9h - Abertura

Deputado Federal Hugo Leal

Deputado João Arruda, Relator da Comissão Especial

Felipe Santa Cruz, Presidente da OAB/RJ

Sergio Coelho, Diretor da Escola Superior de Advocacia - ESA/OAB-RJ

Thaís Marçal - Coordenador de Direito Público - ESA/OAB-RJ

10h - Painei

João Paulo da Silveira Ribeiro, Presidente da Comissão de Obras, Concessões e Controle da OAB/RJ

Leonardo Vizeu, Representante da AGU

Jessé Torres Pereira Jr., Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJ/RJ

Thaís Marçal - Coordenador de Direito Público - ESA/OAB-RJ

11h - Debates

12h00 - Encerramento

LOCAL: ESA/OAB-RJ - Escola Superior de Advocacia - Auditório 10º andar

HORÁRIO: 09h

16/05/2018 – 16:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (PMDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

23/05/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

A - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018)), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997, PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996, PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012 (Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013 e PL 4783/2016), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012)), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015)), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL 1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensado: PL 1114/2015) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015 e PL 7635/2017), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018 e PL 9877/2018), PL 10072/2018 e PL 10101/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade e injuridicidade dos PLs nºs 1.365/1995, 1.413/1996, 2.518/1996, 1.492/1996 e 482/2007, apensados; pela adequação orçamentária e financeira do PL 1.292/1995, e dos seus apensados e emendas; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.292/1995, dos PLs nºs 4.161/1993; 4.388/1994; 6/1995; 662/1995, 737/1995; 850/1995; 920/1995; 1.111/1995; 1.454/1996; 1.493/1996; 1.494/1996; 1.495/1996; 1.497/1996; 1.499/1996; 2.234/1996; 2.235/1996; 2.605/1996; 3.040/1997; 3.841/1997; 1.468/1999; 1.525/1999; 2.413/2000; 3.219/2000; 3.734/2000; 3.806/2000; 6.957/2002; 1.558/2003; 1.587/2003; 6.894/2006; 6.944/2006; 905/2007; 1.504/2007; 1.794/2007; 3.146/2008; 4.809/2009; 5.036/2009; 5.073/2009; 5.195/2009; 5.348/2009; 5.461/2009; 5.711/2009; 5.884/2009; 6.023/2009; 6.136/2009; 6.218/2009; 6.242/2009; 6.429/2009; 6.496/2009; 2/2011; 725/2011; 822/2011; 1.783/2011; 2.296/2011; 2.465/2011; 2.486/2011; 2.603/2011; 2.980/2011; 3.464/2012; 3.576/2012; 3.656/2012; 3.757/2012; 3.774/2012; 3.898/2012; 3.918/2012; 4.003/2012; 4.114/2012; 4.188/2012; 4.704/2012; 5.008/2013; 5.365/2013; 5.418/2013; 5.970/2013; 6.210/2013; 6.594/2013; 6.751/2013; 6.758/2013; 6.926/2013; 7.567/2014; 7.894/2014; 8.179/2014; 614/2015; 977/2015; 983/2015; 1.114/2015; 1.363/2015; 1.747/2015; 1.821/2015; 2.201/2015; 2.301/2015; 2.878/2015; 3.056/2015; 3.087/2015; 3.850/2015; 4.190/2015; 4.225/2015; 4.575/2016; 4.886/2016; 5.144/2016; 5.772/2016; 5.871/2016; 6.530/2016; 6.820/2017; 6.814/2017; 6.956/2017; 7.635/2017; 8.333/2017; 8.474/2017; 9.401/2017; 9.536/2018; 9.803/2018; 9.877/2018; 9.916/2018; 10.086/2018, apensados, e das EMCs nºs 1/1996 ao PL 1292/1995; 2, 3, 4 e 5/1999 ao PL 1292/1995; e 2/1995 ao PL 662/1995, com Substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição dos PLs nºs 220/1995, 227/1995, 246/1995, 418/1995, 1.252/1995, 1.253/1995, 1.404/1996, 1.414/1996, 1.490/1996, 1.491/1996, 1.498/1996, 1.500/1996, 1.501/1996, 1.901/1996, 2.022/1996, 2.023/1996, 2.233/1996, 2.236/1996, 2.237/1996, 2.238/1996, 2.519/1996, 2.548/1996, 3.117/1997, 3.302/1997, 3.398/1997, 3.603/1997, 3.735/1997, 1.149/1999, 1.150/1999, 1.715/1999, 1.986/1999, 2.525/2000, 2.622/2000, 2.890/2000, 3.232/2000, 3.787/2000, 3.790/2000, 4.001/2001, 4.521/2001, 6.932/2002, 125/2003, 175/2003, 1.075/2003, 2.304/2003, 2.464/2003, 3.407/2004, 3.485/2004, 3.992/2004, 4.222/2004, 4.579/2004, 5.079/2005, 5.895/2005, 6.910/2006, 7.208/2006, 7.353/2006, 7.677/2006, 281/2007, 385/2007, 386/2007, 830/2007, 1.251/2007, 1.810/2007, 3.613/2008, 4.432/2008, 6.439/2009, 6.457/2009, 7.023/2010, 7.069/2010, 7.612/2010, 2.444/2011, 2.682/2011, 2.740/2011, 3.274/2012, 3.339/2012, 3.354/2012, 3.378/2012, 3.719/2012, 3.750/2012, 3.913/2012, 4.117/2012, 4.249/2012, 4.269/2012, 4.729/2012, 4.916/2012, 4.946/2013, 5.058/2013, 5.687/2013, 5.874/2013, 6.046/2013, 6.420/2013, 7.053/2014, 7.530/2014, 1.758/2015, 4.309/2016, 4.359/2016, 4.783/2016, 5.027/2016, 5.216/2016, 5.672/2016, 5.810/2016, 5.976/2016, 6.301/2016, 6.507/2016, 7.228/2017, 7.608/2017, 8.052/2017, 8.463/2017, 8.684/2017, 9.245/2017, 9.732/2018, 9.790/2018, 10.072/2018, 10.101/2018, apensados, e das EMCs nºs 1/1995 ao PL 4161/1993; 1 e 3/1995 ao PL 662/1995; e 1/1999 ao PL 1292/1995.

VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS AFONSO FLORENCE, EDMAR ARRUDA, FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR, HILDO ROCHA, IVAN VALENTE, JOÃO PAULO PAPA, VALMIR PRASCIDELLI E VITOR LIPPI.

29/05/2018 – 16:00

Outro Evento

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

Resultado:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

LOCAL: Anexo II, Sala 175B Piso Superior

HORÁRIO: 16h

05/06/2018 – 19:00

Outro Evento

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

Resultado:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

LOCAL: Anexo II, Sala 175B Piso Superior

HORÁRIO: 19h

06/06/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

12/06/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

A - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018)), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997, PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996, PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012 (Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013 e PL 4783/2016), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012)), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015)), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL 1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensado: PL 1114/2015) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015 e PL 7635/2017), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018 e PL 9877/2018), PL 10072/2018 e PL 10101/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda 2/1995 ao PL 662/1995 da CTASP, da Emenda 1/1996 da CTASP, da Emenda 2/1999 da CTASP, da Emenda 3/1999 da CTASP, da Emenda 4/1999 da CTASP, da Emenda 5/1999 da CTASP, do PL 6957/2002, do PL 5073/2009, do PL 6242/2009, do PL 5008/2013, do PL 8179/2014, do PL 1747/2015, do PL 6814/2017, do PL 1587/2003, do PL 4161/1993, do PL 662/1995, do PL 2234/1996, do PL 2235/1996, do PL 2605/1996, do PL 3040/1997, do PL 3841/1997, do PL 1468/1999, do PL 2413/2000, do PL 3219/2000, do PL 3734/2000, do PL 3806/2000, do PL 6894/2006, do PL 6136/2009, do PL 2980/2011, do PL 3774/2012, do PL 3918/2012, do PL 5365/2013, do PL 5970/2013, do PL 6926/2013, do PL 6429/2009, do PL 3898/2012, do

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 3087/2015, do PL 1558/2003, do PL 6023/2009, do PL 3146/2008, do PL 6594/2013, do PL 1525/1999, do PL 3464/2012, do PL 4809/2009, do PL 1783/2011, do PL 2465/2011, do PL 5418/2013, do PL 6956/2017, do PL 2296/2011, do PL 3656/2012, do PL 5144/2016, do PL 9916/2018, do PL 4388/1994, do PL 6/1995, do PL 737/1995, do PL 850/1995, do PL 920/1995, do PL 1111/1995, do PL 1454/1996, do PL 1493/1996, do PL 1494/1996, do PL 1495/1996, do PL 1497/1996, do PL 1499/1996, do PL 6751/2013, do PL 1794/2007, do PL 5036/2009, do PL 5348/2009, do PL 5461/2009, do PL 2/2011, do PL 4704/2012, do PL 6758/2013, do PL 7567/2014, do PL 5772/2016, do PL 8474/2017, do PL 9401/2017, do PL 1504/2007, do PL 725/2011, do PL 2603/2011, do PL 4886/2016, do PL 6496/2009, do PL 2486/2011, do PL 5711/2009, do PL 5884/2009, do PL 6944/2006, do PL 905/2007, do PL 4003/2012, do PL 6218/2009, do PL 5195/2009, do PL 3576/2012, do PL 4114/2012, do PL 6820/2017, do PL 822/2011, do PL 7894/2014, do PL 977/2015, do PL 3850/2015, do PL 4575/2016, do PL 6530/2016, do PL 3757/2012, do PL 4188/2012, do PL 6210/2013, do PL 983/2015, do PL 4190/2015, do PL 614/2015, do PL 2878/2015, do PL 2201/2015, do PL 1363/2015, do PL 7635/2017, do PL 4225/2015, do PL 3056/2015, do PL 1114/2015, do PL 1821/2015, do PL 2301/2015, do PL 5871/2016, do PL 10086/2018, do PL 8333/2017, do PL 9803/2018, do PL 9877/2018, e do PL 9536/2018, apensados, com substitutivo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição da Emenda 1/1995 ao PL 662/1995 da CTASP, da Emenda 3/1995 ao PL 662/1995 da CTASP, da Emenda 1/1999 da CTASP, da Emenda 1/1995 ao PL 4161/1993 da CTASP, do PL 7608/2017, do PL 10072/2018, do PL 227/1995, do PL 246/1995, do PL 418/1995, do PL 1901/1996, do PL 2022/1996, do PL 2023/1996, do PL 2233/1996, do PL 2236/1996, do PL 2237/1996, do PL 2238/1996, do PL 2519/1996, do PL 2548/1996, do PL 3117/1997, do PL 3302/1997, do PL 3398/1997, do PL 3603/1997, do PL 3735/1997, do PL 1149/1999, do PL 1150/1999, do PL 1715/1999, do PL 2525/2000, do PL 2622/2000, do PL 2890/2000, do PL 3232/2000, do PL 3787/2000, do PL 3790/2000, do PL 4001/2001, do PL 4521/2001, do PL 2304/2003, do PL 2464/2003, do PL 4222/2004, do PL 7208/2006, do PL 386/2007, do PL 830/2007, do PL 1810/2007, do PL 4432/2008, do PL 7612/2010, do PL 3274/2012, do PL 8463/2017, do PL 10101/2018, do PL 7530/2014, do PL 1075/2003, do PL 3485/2004, do PL 125/2003, do PL 6507/2016, do PL 5079/2005, do PL 6910/2006, do PL 7677/2006, do PL 3339/2012, do PL 175/2003, do PL 4579/2004, do PL 281/2007, do PL 3913/2012, do PL 6457/2009, do PL 5687/2013, do PL 7069/2010, do PL 9732/2018, do PL 5874/2013, do PL 3992/2004, do PL 4729/2012, do PL 6932/2002, do PL 1251/2007, do PL 220/1995, do PL 1252/1995, do PL 1253/1995, do PL 1404/1996, do PL 1414/1996, do PL 1490/1996, do PL 1491/1996, do PL 1498/1996, do PL 1500/1996, do PL 1501/1996, do PL 1986/1999, do PL 5672/2016, do PL 5976/2016, do PL 2682/2011, do PL 4117/2012, do PL 3407/2004, do PL 385/2007, do PL 3354/2012, do PL 3719/2012, do PL 4916/2012, do PL 6046/2013, do PL 4783/2016, do PL 5810/2016, do PL 5895/2005, do PL 3613/2008, do PL 9790/2018, do PL 6420/2013, do PL 7353/2006, do PL 3378/2012, do PL 4249/2012, do PL 4269/2012, do PL 4309/2016, do PL 5216/2016, do PL 2444/2011, do PL 3750/2012, do PL 6439/2009, do PL 7023/2010, do PL 5058/2013, do PL 2740/2011, do PL 4946/2013, do PL 8684/2017, do PL 7053/2014, do PL 4359/2016, do PL 5027/2016, do PL 1758/2015, do PL 6301/2016, do PL 8052/2017, do PL 9245/2017, e do PL 7228/2017, apensados, e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária do PL 1365/1995, do PL 1413/1996, do PL 2518/1996, do PL 482/2007, e do PL 1492/1996, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Afonso Florence, Edmar Arruda, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, Ivan Valente, João Paulo Papa, Valmir Prascidelli e Vitor Lippi, em 23/05/2018.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO ARRUDA (MDB-PR), PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA; PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA; E, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO DESTE, DA EMENDA 2/1995 AO PL 662/1995 DA CTASP, DA EMENDA 1/1996 DA CTASP, DA EMENDA 2/1999 DA CTASP, DA EMENDA 3/1999 DA CTASP, DA EMENDA 4/1999 DA CTASP, DA EMENDA 5/1999 DA CTASP, DO PL 6957/2002, DO PL 5073/2009, DO PL 6242/2009, DO PL 5008/2013, DO PL 8179/2014, DO PL 1747/2015, DO PL 6814/2017, DO PL 1587/2003, DO PL 4161/1993, DO PL 662/1995, DO PL 2234/1996, DO PL 2235/1996, DO PL 2605/1996, DO PL 3040/1997, DO PL 3841/1997, DO PL 1468/1999, DO PL 2413/2000, DO PL 3219/2000, DO PL 3734/2000, DO PL 3806/2000, DO PL 6894/2006, DO PL 6136/2009, DO PL 2980/2011, DO PL 3774/2012, DO PL 3918/2012, DO PL 5365/2013, DO PL 5970/2013, DO PL 6926/2013, DO PL 6429/2009, DO PL 3898/2012, DO PL 3087/2015, DO PL 1558/2003, DO PL 6023/2009, DO PL 3146/2008, DO PL 6594/2013, DO PL 1525/1999, DO PL 3464/2012, DO PL 4809/2009, DO PL 1783/2011, DO PL 2465/2011, DO PL 5418/2013, DO PL 6956/2017, DO PL 2296/2011, DO PL 3656/2012, DO PL 5144/2016, DO PL 9916/2018, DO PL 4388/1994, DO PL 6/1995, DO PL 737/1995, DO PL 850/1995, DO PL 920/1995, DO PL 1111/1995, DO PL 1454/1996, DO PL 1493/1996, DO PL 1494/1996, DO PL 1495/1996, DO PL 1497/1996, DO

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 1499/1996, DO PL 6751/2013, DO PL 1794/2007, DO PL 5036/2009, DO PL 5348/2009, DO PL 5461/2009, DO PL 2/2011, DO PL 4704/2012, DO PL 6758/2013, DO PL 7567/2014, DO PL 5772/2016, DO PL 8474/2017, DO PL 9401/2017, DO PL 1504/2007, DO PL 725/2011, DO PL 2603/2011, DO PL 4886/2016, DO PL 6496/2009, DO PL 2486/2011, DO PL 5711/2009, DO PL 5884/2009, DO PL 6944/2006, DO PL 905/2007, DO PL 4003/2012, DO PL 6218/2009, DO PL 5195/2009, DO PL 3576/2012, DO PL 4114/2012, DO PL 6820/2017, DO PL 822/2011, DO PL 7894/2014, DO PL 977/2015, DO PL 3850/2015, DO PL 4575/2016, DO PL 6530/2016, DO PL 3757/2012, DO PL 4188/2012, DO PL 6210/2013, DO PL 983/2015, DO PL 4190/2015, DO PL 614/2015, DO PL 2878/2015, DO PL 2201/2015, DO PL 1363/2015, DO PL 7635/2017, DO PL 4225/2015, DO PL 3056/2015, DO PL 1114/2015, DO PL 1821/2015, DO PL 2301/2015, DO PL 5871/2016, DO PL 10086/2018, DO PL 8333/2017, DO PL 9803/2018, DO PL 9877/2018, E DO PL 9536/2018, APENSADOS, COM SUBSTITUTIVO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA; PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA; E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/1995 AO PL 662/1995 DA CTASP, DA EMENDA 3/1995 AO PL 662/1995 DA CTASP, DA EMENDA 1/1999 DA CTASP, DA EMENDA 1/1995 AO PL 4161/1993 DA CTASP, DO PL 7608/2017, DO PL 10072/2018, DO PL 227/1995, DO PL 246/1995, DO PL 418/1995, DO PL 1901/1996, DO PL 2022/1996, DO PL 2023/1996, DO PL 2233/1996, DO PL 2236/1996, DO PL 2237/1996, DO PL 2238/1996, DO PL 2519/1996, DO PL 2548/1996, DO PL 3117/1997, DO PL 3302/1997, DO PL 3398/1997, DO PL 3603/1997, DO PL 3735/1997, DO PL 1149/1999, DO PL 1150/1999, DO PL 1715/1999, DO PL 2525/2000, DO PL 2622/2000, DO PL 2890/2000, DO PL 3232/2000, DO PL 3787/2000, DO PL 3790/2000, DO PL 4001/2001, DO PL 4521/2001, DO PL 2304/2003, DO PL 2464/2003, DO PL 4222/2004, DO PL 7208/2006, DO PL 386/2007, DO PL 830/2007, DO PL 1810/2007, DO PL 4432/2008, DO PL 7612/2010, DO PL 3274/2012, DO PL 8463/2017, DO PL 10101/2018, DO PL 7530/2014, DO PL 1075/2003, DO PL 3485/2004, DO PL 125/2003, DO PL 6507/2016, DO PL 5079/2005, DO PL 6910/2006, DO PL 7677/2006, DO PL 3339/2012, DO PL 175/2003, DO PL 4579/2004, DO PL 281/2007, DO PL 3913/2012, DO PL 6457/2009, DO PL 5687/2013, DO PL 7069/2010, DO PL 9732/2018, DO PL 5874/2013, DO PL 3992/2004, DO PL 4729/2012, DO PL 6932/2002, DO PL 1251/2007, DO PL 220/1995, DO PL 1252/1995, DO PL 1253/1995, DO PL 1404/1996, DO PL 1414/1996, DO PL 1490/1996, DO PL 1491/1996, DO PL 1498/1996, DO PL 1500/1996, DO PL 1501/1996, DO PL 1986/1999, DO PL 5672/2016, DO PL 5976/2016, DO PL 2682/2011, DO PL 4117/2012, DO PL 3407/2004, DO PL 385/2007, DO PL 3354/2012, DO PL 3719/2012, DO PL 4916/2012, DO PL 6046/2013, DO PL 4783/2016, DO PL 5810/2016, DO PL 5895/2005, DO PL 3613/2008, DO PL 9790/2018, DO PL 6420/2013, DO PL 7353/2006, DO PL 3378/2012, DO PL 4249/2012, DO PL 4269/2012, DO PL 4309/2016, DO PL 5216/2016, DO PL 2444/2011, DO PL 3750/2012, DO PL 6439/2009, DO PL 7023/2010, DO PL 5058/2013, DO PL 2740/2011, DO PL 4946/2013, DO PL 8684/2017, DO PL 7053/2014, DO PL 4359/2016, DO PL 5027/2016, DO PL 1758/2015, DO PL 6301/2016, DO PL 8052/2017, DO PL 9245/2017, E DO PL 7228/2017, APENSADOS, E PELA CONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE; E PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PL 1365/1995, DO PL 1413/1996, DO PL 2518/1996, DO PL 482/2007, E DO PL 1492/1996, APENSADOS.

NÃO DELIBERADO.

19/06/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

20/06/2018 – 11:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

04/07/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

10/07/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 14h30min

A - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018)), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997, PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996,

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012 (Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013 e PL 4783/2016), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012))), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015))), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL 1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensado: PL 1114/2015) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015, PL 7635/2017 e PL 10428/2018), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018, PL 9877/2018 e PL 10415/2018), PL 10072/2018, PL 10101/2018, PL 10384/2018 e PL 10489/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 1292/1995; do PL 4161/1993, do PL 4388/1994, do PL 6/1995, do PL 662/1995, do PL 737/1995, do PL 850/1995, do PL 920/1995, do PL 1111/1995, do PL 1454/1996, do PL 1493/1996, do PL 1494/1996, do PL 1495/1996, do PL 1497/1996, do PL 1499/1996, do PL 2234/1996, do PL 2235/1996, do PL 2605/1996, do PL 3040/1997, do PL 3841/1997, do PL 1468/1999, do PL 1525/1999, do PL 2413/2000, do PL 3219/2000, do PL 3734/2000, do PL 3806/2000, do PL 6957/2002, do PL 1558/2003, do PL 1587/2003, do PL 6894/2006, do PL 6944/2006, do PL 905/2007, do PL 1504/2007, do PL 1794/2007, do PL 3146/2008, do PL 4809/2009, do PL 5036/2009, do PL 5073/2009, do PL 5195/2009, do PL 5348/2009, do PL 5461/2009, do PL 5711/2009, do PL 5884/2009, do PL 6023/2009, do PL 6136/2009, do PL 6218/2009, do PL 6242/2009, do PL 6429/2009, do PL 6496/2009, do PL 2/2011, do PL 725/2011, do PL 822/2011, do PL 1783/2011, do PL 2296/2011, do PL 2465/2011, do PL 2486/2011, do PL 2603/2011, do PL 2980/2011, do PL 3464/2012, do PL 3576/2012, do PL 3656/2012, do PL 3757/2012, do PL 3774/2012, do PL 3898/2012, do PL 3918/2012, do PL 4003/2012, do PL 4114/2012, do PL 4188/2012, do PL 4704/2012, do PL 5008/2013, do PL 5365/2013, do PL 5418/2013, do PL 5970/2013, do PL 6210/2013, do PL 6594/2013, do PL 6751/2013, do PL 6758/2013, do PL 6926/2013, do PL 7567/2014, do PL 7894/2014, do PL 8179/2014, do PL 614/2015, do PL 977/2015, do PL 983/2015, do PL 1114/2015, do PL 1363/2015, do PL 1747/2015, do PL 1821/2015, do PL 2201/2015, do PL 2301/2015, do PL 2878/2015, do PL 3056/2015, do PL 3087/2015, do PL 3850/2015, do PL 4190/2015, do PL 4225/2015, do PL 4575/2016, do PL 4886/2016, do PL 5144/2016, do PL 5772/2016, do PL 5871/2016, do PL 6530/2016, do PL 6814/2017, do PL 6820/2017, do PL 6956/2017, do PL 7635/2017, do PL 8333/2017, do PL 8474/2017, do PL 9401/2017, do PL 9536/2018, do PL 9803/2018, do PL 9877/2018, do PL 9916/2018, do PL 10086/2018, do PL 10384/2018 e do PL 10489/2018, apensados; da Emenda 2/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 1/1996 ao PL 1292/1995 na CTASP, e das Emendas 2, 3, 4 e 5/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do PL 220/1995, do PL 227/1995, do PL 246/1995, do PL 418/1995, do PL 1252/1995, do PL 1253/1995, do PL 1404/1996, do PL 1414/1996, do PL 1490/1996, do PL 1491/1996, do PL 1498/1996, do PL 1500/1996, do PL 1501/1996, do PL 1901/1996, do PL 2022/1996, do PL 2023/1996, do PL 2233/1996, do PL 2236/1996, do PL 2237/1996, do PL 2238/1996, do

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 2548/1996, do PL 3117/1997, do PL 3302/1997, do PL 3398/1997, do PL 3603/1997, do PL 3735/1997, do PL 1149/1999, do PL 1150/1999, do PL 1715/1999, do PL 1986/1999, do PL 2525/2000, do PL 2622/2000, do PL 2890/2000, do PL 3232/2000, do PL 3787/2000, do PL 3790/2000, do PL 4001/2001, do PL 4521/2001, do PL 6932/2002, do PL 125/2003, do PL 175/2003, do PL 1075/2003, do PL 2304/2003, do PL 2464/2003, do PL 3407/2004, do PL 3485/2004, do PL 3992/2004, do PL 4222/2004, do PL 4579/2004, do PL 5079/2005, do PL 5895/2005, do PL 6910/2006, do PL 7208/2006, do PL 7353/2006, do PL 7677/2006, do PL 281/2007, do PL 385/2007, do PL 386/2007, do PL 830/2007, do PL 1251/2007, do PL 1810/2007, do PL 3613/2008, do PL 4432/2008, do PL 6439/2009, do PL 6457/2009, do PL 7023/2010, do PL 7069/2010, do PL 7612/2010, do PL 2444/2011, do PL 2682/2011, do PL 2740/2011, do PL 3274/2012, do PL 3339/2012, do PL 3354/2012, do PL 3378/2012, do PL 3719/2012, do PL 3750/2012, do PL 3913/2012, do PL 4117/2012, do PL 4249/2012, do PL 4269/2012, do PL 4729/2012, do PL 4916/2012, do PL 4946/2013, do PL 5058/2013, do PL 5687/2013, do PL 5874/2013, do PL 6046/2013, do PL 6420/2013, do PL 7053/2014, do PL 7530/2014, do PL 1758/2015, do PL 4309/2016, do PL 4359/2016, do PL 4783/2016, do PL 5027/2016, do PL 5216/2016, do PL 5672/2016, do PL 5810/2016, do PL 5976/2016, do PL 6301/2016, do PL 6507/2016, do PL 7228/2017, do PL 7608/2017, do PL 8052/2017, do PL 8463/2017, do PL 8684/2017, do PL 9245/2017, do PL 9732/2018, do PL 9790/2018, do PL 10072/2018, do PL 10101/2018, do PL 10415/2018 e do PL 10428/2018, apensados, da Emenda 1/1995 ao PL 4161/1993 na CTASP, da Emenda 1/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 3/1995 ao PL 662/1995 na CTASP e da Emenda 1/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP; e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária do PL 1365/1995, do PL 1413/1996, do PL 1492/1996, do PL 2518/1996, do PL 2519/1996 e do PL 482/2007, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Afonso Florence, Edmar Arruda, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, Ivan Valente, João Paulo Papa, Valmir Prascidelli e Vitor Lippi, em 23/05/2018.

Os Deputados Evandro Roman e Edmar Arruda apresentaram votos em separado.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL DO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS, DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

RETIRADO PELO AUTOR.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

RETIRADO PELO AUTOR.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL DO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS, DE AUTORIA DO DEPUTADO AFONSO FLORENCE.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O AUTOR.

ENCAMINHO CONTRARIAMENTE O DEPUTADO JOÃO ARRUDA.

RETIRADO PELO AUTOR.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO AFONSO FLORENCE.

RETIRADO PELO AUTOR.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO AFONSO FLORENCE.

RETIRADO PELO AUTOR.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO IVAN VALENTE.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O AUTOR.

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

ENCAMINHO CONTRARIAMENTE O DEPUTADO VITOR LIPPI.

VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO SOLICITADA PELOS DEPUTADOS IVAN VALENTE E FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR EM RAZÃO DO RESULTADO PROCLAMADO PELA MESA: "REJEITADO O REQUERIMENTO", PASSANDO-SE À SUA VOTAÇÃO PELO PROCESSO NOMINAL.

VOTAÇÃO NOMINAL CANCELADA EM VIRTUDE DA ORDEM DO DIA NA SESSÃO DO PLENÁRIO DA CASA.

11/07/2018 – 09:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 08

HORÁRIO: 09h

A - Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018))), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997, PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996, PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

(Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013 e PL 4783/2016), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012)), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015))), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL 1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017)))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensado: PL 1114/2015) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015, PL 7635/2017 e PL 10428/2018), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018, PL 9877/2018 e PL 10415/2018), PL 10072/2018, PL 10101/2018, PL 10384/2018 e PL 10489/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 1292/1995; do PL 4161/1993, do PL 4388/1994, do PL 6/1995, do PL 662/1995, do PL 737/1995, do PL 850/1995, do PL 920/1995, do PL 1111/1995, do PL 1454/1996, do PL 1493/1996, do PL 1494/1996, do PL 1495/1996, do PL 1497/1996, do PL 1499/1996, do PL 2234/1996, do PL 2235/1996, do PL 2605/1996, do PL 3040/1997, do PL 3841/1997, do PL 1468/1999, do PL 1525/1999, do PL 2413/2000, do PL 3219/2000, do PL 3734/2000, do PL 3806/2000, do PL 6957/2002, do PL 1558/2003, do PL 1587/2003, do PL 6894/2006, do PL 6944/2006, do PL 905/2007, do PL 1504/2007, do PL 1794/2007, do PL 3146/2008, do PL 4809/2009, do PL 5036/2009, do PL 5073/2009, do PL 5195/2009, do PL 5348/2009, do PL 5461/2009, do PL 5711/2009, do PL 5884/2009, do PL 6023/2009, do PL 6136/2009, do PL 6218/2009, do PL 6242/2009, do PL 6429/2009, do PL 6496/2009, do PL 2/2011, do PL 725/2011, do PL 822/2011, do PL 1783/2011, do PL 2296/2011, do PL 2465/2011, do PL 2486/2011, do PL 2603/2011, do PL 2980/2011, do PL 3464/2012, do PL 3576/2012, do PL 3656/2012, do PL 3757/2012, do PL 3774/2012, do PL 3898/2012, do PL 3918/2012, do PL 4003/2012, do PL 4114/2012, do PL 4188/2012, do PL 4704/2012, do PL 5008/2013, do PL 5365/2013, do PL 5418/2013, do PL 5970/2013, do PL 6210/2013, do PL 6594/2013, do PL 6751/2013, do PL 6758/2013, do PL 6926/2013, do PL 7567/2014, do PL 7894/2014, do PL 8179/2014, do PL 614/2015, do PL 977/2015, do PL 983/2015, do PL 1114/2015, do PL 1363/2015, do PL 1747/2015, do PL 1821/2015, do PL 2201/2015, do PL 2301/2015, do PL 2878/2015, do PL 3056/2015, do PL 3087/2015, do PL 3850/2015, do PL 4190/2015, do PL 4225/2015, do PL 4575/2016, do PL 4886/2016, do PL 5144/2016, do PL 5772/2016, do PL 5871/2016, do PL 6530/2016, do PL 6814/2017, do PL 6820/2017, do PL 6956/2017, do PL 7635/2017, do PL 8333/2017, do PL 8474/2017, do PL 9401/2017, do PL 9536/2018, do PL 9803/2018, do PL 9877/2018, do PL 9916/2018, do PL 10086/2018, do PL 10384/2018 e do PL 10489/2018, apensados; da Emenda 2/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 1/1996 ao PL 1292/1995 na CTASP, e das Emendas 2, 3, 4 e 5/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do PL 220/1995, do PL 227/1995, do PL 246/1995, do PL 418/1995, do PL 1252/1995, do PL 1253/1995, do PL 1404/1996, do PL 1414/1996, do PL 1490/1996, do PL 1491/1996, do PL 1498/1996, do PL 1500/1996, do PL 1501/1996, do PL 1901/1996, do PL 2022/1996, do PL 2023/1996, do PL 2233/1996, do PL 2236/1996, do PL 2237/1996, do PL 2238/1996, do PL 2548/1996, do PL 3117/1997, do PL 3302/1997, do PL 3398/1997, do PL 3603/1997, do PL 3735/1997, do PL 1149/1999, do PL 1150/1999, do PL 1715/1999, do PL 1986/1999, do PL 2525/2000, do PL 2622/2000, do PL 2890/2000, do PL 3232/2000, do PL 3787/2000, do PL 3790/2000, do PL 4001/2001, do PL 4521/2001, do PL 6932/2002, do PL 125/2003, do PL 175/2003, do PL 1075/2003, do PL 2304/2003, do PL 2464/2003, do PL 3407/2004, do PL 3485/2004, do PL 3992/2004, do PL 4222/2004, do PL 4579/2004, do PL 5079/2005, do PL 5895/2005, do PL 6910/2006, do PL 7208/2006, do PL 7353/2006, do PL 7677/2006, do PL 281/2007, do PL 385/2007, do PL 386/2007, do PL 830/2007, do PL 1251/2007, do PL 1810/2007, do PL 3613/2008, do PL 4432/2008, do PL 6439/2009, do PL 6457/2009, do PL 7023/2010, do PL 7069/2010, do PL 7612/2010, do PL 2444/2011, do PL 2682/2011, do PL 2740/2011, do PL 3274/2012, do PL 3339/2012, do PL 3354/2012, do PL 3378/2012, do PL 3719/2012, do PL

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

3750/2012, do PL 3913/2012, do PL 4117/2012, do PL 4249/2012, do PL 4269/2012, do PL 4729/2012, do PL 4916/2012, do PL 4946/2013, do PL 5058/2013, do PL 5687/2013, do PL 5874/2013, do PL 6046/2013, do PL 6420/2013, do PL 7053/2014, do PL 7530/2014, do PL 1758/2015, do PL 4309/2016, do PL 4359/2016, do PL 4783/2016, do PL 5027/2016, do PL 5216/2016, do PL 5672/2016, do PL 5810/2016, do PL 5976/2016, do PL 6301/2016, do PL 6507/2016, do PL 7228/2017, do PL 7608/2017, do PL 8052/2017, do PL 8463/2017, do PL 8684/2017, do PL 9245/2017, do PL 9732/2018, do PL 9790/2018, do PL 10072/2018, do PL 10101/2018, do PL 10415/2018 e do PL 10428/2018, apensados, da Emenda 1/1995 ao PL 4161/1993 na CTASP, da Emenda 1/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 3/1995 ao PL 662/1995 na CTASP e da Emenda 1/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP; e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária do PL 1365/1995, do PL 1413/1996, do PL 1492/1996, do PL 2518/1996, do PL 2519/1996 e do PL 482/2007, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Afonso Florence, Edmar Arruda, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, Ivan Valente, João Paulo Papa, Valmir Prascidelli e Vitor Lippi, em 23/05/2018.

Os Deputados Evandro Roman, Edmar Arruda e Cristiane Brasil apresentaram votos em separado.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL DO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS, DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O AUTOR

REJEITADO O REQUERIMENTO PROCEDIMENTAL.

VERIFICAÇÃO DA VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO, SOLICITADA PELOS DEPUTADOS FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR E IVAN VALENTE.

REJEITADO O REQUERIMENTO PROCEDIMENTAL. SIM: 0; NÃO: 18; OBSTRUÇÃO: 4.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA, EXPEDIENTE - ATA - ORDEM DO DIA , DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O AUTOR.

APROVADO O REQUERIMENTO PROCEDIMENTAL.

FICAM PREJUDICADOS O REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA E O RESPECTIVO REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS AFONSO FLORENCE E IVAN VALENTE.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE QUEBRA DE INTERSTÍCIO DE VOTAÇÃO PARA O REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL DO REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

REJEITADO O REQUERIMENTO PROCEDIMENTAL.

APRESENTADO REQUERIMENTO VOTAÇÃO NOMINAL DO REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA, DE AUTORIA DO DEPUTADO IVAN VALENTE.

PREJUDICADO O REQUERIMENTO PROCEDIMENTAL.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA, DE AUTORIA DA DEPUTADA PROFESSORA DORINHA.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE A AUTORA.

VOTAÇÃO CANCELADA EM VIRTUDE DO INÍCIO DA ORDEM DO DIA NA SESSÃO DO PLENÁRIO DA CASA.

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

13/11/2018 – 11:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 06

HORÁRIO: 11h

A - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018)), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997, PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996, PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012 (Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013, PL 4783/2016 e PL 10885/2018), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012)), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015)), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensado: PL 1114/2015) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015, PL 7635/2017 e PL 10428/2018), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018, PL 9877/2018 e PL 10415/2018), PL 10072/2018, PL 10101/2018, PL 10384/2018, PL 10489/2018 e PL 10890/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 1292/1995; do PL 4161/1993, do PL 4388/1994, do PL 6/1995, do PL 662/1995, do PL 737/1995, do PL 850/1995, do PL 920/1995, do PL 1111/1995, do PL 1454/1996, do PL 1493/1996, do PL 1494/1996, do PL 1495/1996, do PL 1497/1996, do PL 1499/1996, do PL 2234/1996, do PL 2235/1996, do PL 2605/1996, do PL 3040/1997, do PL 3841/1997, do PL 1468/1999, do PL 1525/1999, do PL 2413/2000, do PL 3219/2000, do PL 3734/2000, do PL 3806/2000, do PL 6957/2002, do PL 1558/2003, do PL 1587/2003, do PL 6894/2006, do PL 6944/2006, do PL 905/2007, do PL 1504/2007, do PL 1794/2007, do PL 3146/2008, do PL 4809/2009, do PL 5036/2009, do PL 5073/2009, do PL 5195/2009, do PL 5348/2009, do PL 5461/2009, do PL 5711/2009, do PL 5884/2009, do PL 6023/2009, do PL 6136/2009, do PL 6218/2009, do PL 6242/2009, do PL 6429/2009, do PL 6496/2009, do PL 2/2011, do PL 725/2011, do PL 822/2011, do PL 1783/2011, do PL 2296/2011, do PL 2465/2011, do PL 2486/2011, do PL 2603/2011, do PL 2980/2011, do PL 3464/2012, do PL 3576/2012, do PL 3656/2012, do PL 3757/2012, do PL 3774/2012, do PL 3898/2012, do PL 3918/2012, do PL 4003/2012, do PL 4114/2012, do PL 4188/2012, do PL 4704/2012, do PL 5008/2013, do PL 5365/2013, do PL 5418/2013, do PL 5970/2013, do PL 6210/2013, do PL 6594/2013, do PL 6751/2013, do PL 6758/2013, do PL 6926/2013, do PL 7567/2014, do PL 7894/2014, do PL 8179/2014, do PL 614/2015, do PL 977/2015, do PL 983/2015, do PL 1114/2015, do PL 1363/2015, do PL 1747/2015, do PL 1821/2015, do PL 2201/2015, do PL 2301/2015, do PL 2878/2015, do PL 3056/2015, do PL 3087/2015, do PL 3850/2015, do PL 4190/2015, do PL 4225/2015, do PL 4575/2016, do PL 4886/2016, do PL 5144/2016, do PL 5772/2016, do PL 5871/2016, do PL 6530/2016, do PL 6814/2017, do PL 6820/2017, do PL 6956/2017, do PL 7635/2017, do PL 8333/2017, do PL 8474/2017, do PL 9401/2017, do PL 9536/2018, do PL 9803/2018, do PL 9877/2018, do PL 9916/2018, do PL 10086/2018, do PL 10384/2018 e do PL 10489/2018, apensados; da Emenda 2/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 1/1996 ao PL 1292/1995 na CTASP, e das Emendas 2, 3, 4 e 5/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do PL 220/1995, do PL 227/1995, do PL 246/1995, do PL 418/1995, do PL 1252/1995, do PL 1253/1995, do PL 1404/1996, do PL 1414/1996, do PL 1490/1996, do PL 1491/1996, do PL 1498/1996, do PL 1500/1996, do PL 1501/1996, do PL 1901/1996, do PL 2022/1996, do PL 2023/1996, do PL 2233/1996, do PL 2236/1996, do PL 2237/1996, do PL 2238/1996, do PL 2548/1996, do PL 3117/1997, do PL 3302/1997, do PL 3398/1997, do PL 3603/1997, do PL 3735/1997, do PL 1149/1999, do PL 1150/1999, do PL 1715/1999, do PL 1986/1999, do PL 2525/2000, do PL 2622/2000, do PL 2890/2000, do PL 3232/2000, do PL 3787/2000, do PL 3790/2000, do PL 4001/2001, do PL 4521/2001, do PL 6932/2002, do PL 125/2003, do PL 175/2003, do PL 1075/2003, do PL 2304/2003, do PL 2464/2003, do PL 3407/2004, do PL 3485/2004, do PL 3992/2004, do PL 4222/2004, do PL 4579/2004, do PL 5079/2005, do PL 5895/2005, do PL 6910/2006, do PL 7208/2006, do PL 7353/2006, do PL 7677/2006, do PL 281/2007, do PL 385/2007, do PL 386/2007, do PL 830/2007, do PL 1251/2007, do PL 1810/2007, do PL 3613/2008, do PL 4432/2008, do PL 6439/2009, do PL 6457/2009, do PL 7023/2010, do PL 7069/2010, do PL 7612/2010, do PL 2444/2011, do PL 2682/2011, do PL 2740/2011, do PL 3274/2012, do PL 3339/2012, do PL 3354/2012, do PL 3378/2012, do PL 3719/2012, do PL 3750/2012, do PL 3913/2012, do PL 4117/2012, do PL 4249/2012, do PL 4269/2012, do PL 4729/2012, do PL 4916/2012, do PL 4946/2013, do PL 5058/2013, do PL 5687/2013, do PL 5874/2013, do PL 6046/2013, do PL 6420/2013, do PL 7053/2014, do PL 7530/2014, do PL 1758/2015, do PL 4309/2016, do PL 4359/2016, do PL 4783/2016, do PL 5027/2016, do PL 5216/2016, do PL 5672/2016, do PL 5810/2016, do PL 5976/2016, do PL 6301/2016, do PL 6507/2016, do PL 7228/2017, do PL 7608/2017, do PL 8052/2017, do PL 8463/2017, do PL 8684/2017, do PL 9245/2017, do PL 9732/2018, do PL 9790/2018, do PL 10072/2018, do PL 10101/2018, do PL 10415/2018, do PL 10428/2018, do PL 10885/2018 e do PL 10890/2018, apensados, da Emenda 1/1995 ao PL 4161/1993 na CTASP, da Emenda 1/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 3/1995 ao PL 662/1995 na CTASP e da Emenda

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

1/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP; e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária do PL 1365/1995, do PL 1413/1996, do PL 1492/1996, do PL 2518/1996, do PL 2519/1996 e do PL 482/2007, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Afonso Florence, Edmar Arruda, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, Ivan Valente, João Paulo Papa, Valmir Prascidelli e Vitor Lippi, em 23/05/2018.

Os Deputados Evandro Roman, Edmar Arruda e Cristiane Brasil apresentaram votos em separado.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL DA INVERSÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS (EXPEDIENTE - ATA - OD), DE AUTORIA DO DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA.

NÃO DELIBERADO.

20/11/2018 – 10:30

Outro Evento

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

Resultado:

Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

LOCAL: Anexo II, Sala 175B Piso Superior

HORÁRIO: 10h30min

20/11/2018 – 14:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

21/11/2018 – 14:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião encerrada a termo

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

27/11/2018 – 16:00

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião cancelada

04/12/2018 – 15:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Reunião cancelada

05/12/2018 – 11:30

Reunião Deliberativa

[Ata da reunião](#)

Pauta:

Discussão e votação do parecer do relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

Resultado:

Discussão e votação do parecer do relator, Deputado João Arruda (MDB/PR).

LOCAL: Anexo II, Plenário 14

HORÁRIO: 11h30min

A - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.292/1995 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1587/2003 (Apensados: PL 1504/2007, PL 725/2011, PL 2603/2011, PL 2682/2011, PL 4117/2012 e PL 4886/2016)), PL 662/1995, PL 1149/1999, PL 1150/1999, PL 1365/1995, PL 1413/1996, PL 1468/1999, PL 1715/1999 (Apensados: PL 5079/2005 (Apensado: PL 7353/2006), PL 6910/2006, PL 7677/2006 e PL 3339/2012), PL 1901/1996, PL 2022/1996, PL 2023/1996, PL 2233/1996, PL 2234/1996, PL 2235/1996, PL 2236/1996 (Apensado: PL 4579/2004), PL 2237/1996 (Apensado: PL 281/2007), PL 2413/2000, PL 2518/1996, PL 2519/1996, PL 2525/2000, PL 2548/1996 (Apensado: PL 3913/2012), PL 2605/1996 (Apensados: PL 6023/2009, PL 6457/2009 (Apensado: PL 2740/2011) e PL 5687/2013), PL 2622/2000 (Apensados: PL 3146/2008, PL 7069/2010 (Apensado: PL 6210/2013) e PL 9732/2018), PL 2890/2000 (Apensados: PL 5874/2013 e PL 6594/2013), PL 3040/1997 (Apensados: PL 1525/1999 (Apensados: PL 125/2003, PL 3898/2012 (Apensado: PL 4190/2015 (Apensado: PL 10086/2018)), PL 3087/2015 e PL 6507/2016) e PL 3464/2012), PL 3117/1997, PL 3219/2000 (Apensados: PL 3992/2004, PL 4809/2009, PL 1783/2011, PL 2465/2011, PL 4729/2012 e PL 5418/2013), PL 3232/2000 (Apensado: PL 6956/2017), PL 3302/1997 (Apensado: PL 2296/2011), PL 3398/1997,

Atualizado Semanalmente

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

PL 3603/1997, PL 3734/2000, PL 3735/1997 (Apensados: PL 6932/2002 e PL 1251/2007), PL 3787/2000, PL 3806/2000, PL 3841/1997 (Apensados: PL 3656/2012, PL 5144/2016 e PL 9916/2018), PL 4161/1993 (Apensados: PL 6/1995, PL 220/1995 (Apensados: PL 227/1995 e PL 246/1995), PL 737/1995, PL 850/1995, PL 920/1995, PL 1111/1995, PL 1252/1995, PL 1404/1996, PL 1414/1996, PL 1454/1996, PL 1490/1996 (Apensado: PL 7530/2014), PL 1491/1996 (Apensados: PL 1075/2003, PL 3485/2004 e PL 6429/2009 (Apensados: PL 6439/2009, PL 7023/2010 e PL 5058/2013)), PL 1492/1996, PL 1493/1996, PL 1494/1996, PL 1495/1996, PL 1497/1996, PL 1498/1996, PL 1499/1996, PL 1500/1996, PL 1501/1996, PL 1986/1999 (Apensados: PL 175/2003 e PL 1558/2003), PL 4388/1994, PL 1253/1995 e PL 6751/2013 (Apensado: PL 3056/2015)), PL 4001/2001, PL 3790/2000, PL 6957/2002 (Apensados: PL 1794/2007, PL 5036/2009, PL 5348/2009 (Apensados: PL 7894/2014, PL 977/2015, PL 3850/2015, PL 4575/2016 e PL 6530/2016), PL 5461/2009, PL 2/2011, PL 4704/2012, PL 6758/2013, PL 7567/2014, PL 5772/2016, PL 8474/2017 e PL 9401/2017), PL 2304/2003 (Apensados: PL 3407/2004 (Apensados: PL 5895/2005, PL 3613/2008, PL 5711/2009, PL 5884/2009 e PL 9790/2018), PL 385/2007, PL 6496/2009, PL 2486/2011, PL 3354/2012, PL 3719/2012, PL 4916/2012 (Apensados: PL 7053/2014 (Apensado: PL 5027/2016) e PL 4359/2016), PL 6046/2013, PL 4783/2016 e PL 10885/2018), PL 2464/2003 (Apensado: PL 5810/2016), PL 4222/2004 (Apensado: PL 6420/2013), PL 4521/2001 (Apensados: PL 5672/2016 e PL 5976/2016), PL 6894/2006 (Apensado: PL 6944/2006), PL 7208/2006, PL 386/2007 (Apensado: PL 905/2007 (Apensado: PL 3378/2012)), PL 482/2007, PL 830/2007, PL 1810/2007 (Apensados: PL 4003/2012 (Apensados: PL 614/2015 e PL 2878/2015), PL 4249/2012, PL 4269/2012, PL 4309/2016 e PL 5216/2016 (Apensado: PL 8333/2017 (Apensado: PL 9536/2018))), PL 4432/2008, PL 5073/2009 (Apensados: PL 5195/2009 (Apensado: PL 822/2011), PL 6218/2009, PL 6242/2009 (Apensados: PL 3757/2012 e PL 4188/2012 (Apensado: PL 2201/2015)), PL 2444/2011, PL 3576/2012, PL 3750/2012 (Apensados: PL 983/2015 (Apensado: PL 1758/2015 (Apensados: PL 1821/2015, PL 2301/2015, PL 5871/2016 e PL 6301/2016 (Apensado: PL 9245/2017 (Apensado: PL 11016/2018)))) e PL 8684/2017), PL 4114/2012, PL 8179/2014 (Apensados: PL 1114/2015 e PL 10955/2018) e PL 6820/2017), PL 6136/2009, PL 7612/2010 (Apensados: PL 4946/2013 e PL 8052/2017), PL 2238/1996, PL 2980/2011, PL 3274/2012, PL 3774/2012, PL 3918/2012, PL 5008/2013 (Apensados: PL 1363/2015, PL 7635/2017 e PL 10428/2018), PL 5365/2013 (Apensado: PL 4225/2015), PL 5970/2013, PL 6926/2013, PL 1747/2015, PL 7608/2017, PL 8463/2017, PL 6814/2017 (Apensados: PL 7228/2017, PL 9803/2018, PL 9877/2018 e PL 10415/2018), PL 10072/2018, PL 10101/2018, PL 10384/2018, PL 10489/2018 e PL 10890/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 1292/1995; do PL 4161/1993, do PL 4388/1994, do PL 6/1995, do PL 662/1995, do PL 737/1995, do PL 850/1995, do PL 920/1995, do PL 1111/1995, do PL 1454/1996, do PL 1493/1996, do PL 1494/1996, do PL 1495/1996, do PL 1497/1996, do PL 1499/1996, do PL 2234/1996, do PL 2235/1996, do PL 2605/1996, do PL 3040/1997, do PL 3841/1997, do PL 1468/1999, do PL 1525/1999, do PL 2413/2000, do PL 3219/2000, do PL 3734/2000, do PL 3806/2000, do PL 6957/2002, do PL 1558/2003, do PL 1587/2003, do PL 6894/2006, do PL 6944/2006, do PL 905/2007, do PL 1504/2007, do PL 1794/2007, do PL 3146/2008, do PL 4809/2009, do PL 5036/2009, do PL 5073/2009, do PL 5195/2009, do PL 5348/2009, do PL 5461/2009, do PL 5711/2009, do PL 5884/2009, do PL 6023/2009, do PL 6136/2009, do PL 6218/2009, do PL 6242/2009, do PL 6429/2009, do PL 6496/2009, do PL 2/2011, do PL 725/2011, do PL 822/2011, do PL 1783/2011, do PL 2296/2011, do PL 2465/2011, do PL 2486/2011, do PL 2603/2011, do PL 2980/2011, do PL 3464/2012, do PL 3576/2012, do PL 3656/2012, do PL 3757/2012, do PL 3774/2012, do PL 3898/2012, do PL 3918/2012, do PL 4003/2012, do PL 4114/2012, do PL 4188/2012, do PL 4704/2012, do PL 5008/2013, do PL 5365/2013, do PL 5418/2013, do PL 5970/2013, do PL 6210/2013, do PL 6594/2013, do PL 6751/2013, do PL 6758/2013, do PL 6926/2013, do PL 7567/2014, do PL 7894/2014, do PL 8179/2014, do PL 614/2015, do PL 977/2015, do PL 983/2015, do PL 1114/2015, do PL 1363/2015, do PL 1747/2015, do PL 1821/2015, do PL 2201/2015, do PL 2301/2015, do PL 2878/2015, do PL 3056/2015, do PL 3087/2015, do PL 3850/2015, do PL 4190/2015, do PL 4225/2015, do PL 4575/2016, do PL 4886/2016, do PL 5144/2016, do PL 5772/2016, do PL 5871/2016, do PL 6530/2016, do PL 6814/2017, do PL 6820/2017, do PL 6956/2017, do PL 7635/2017, do PL 8333/2017, do PL 8474/2017, do PL 9401/2017, do PL 9536/2018, do PL 9803/2018, do PL 9877/2018, do PL 9916/2018, do PL 10086/2018, do PL 10384/2018, do PL 10489/2018, do PL 10955/2018 e do PL 11016/2018, apensados; da Emenda 2/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 1/1996 ao PL 1292/1995 na CTASP, e das Emendas 2, 3, 4 e

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL1292/95

5/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do PL 220/1995, do PL 227/1995, do PL 246/1995, do PL 418/1995, do PL 1252/1995, do PL 1253/1995, do PL 1404/1996, do PL 1414/1996, do PL 1490/1996, do PL 1491/1996, do PL 1498/1996, do PL 1500/1996, do PL 1501/1996, do PL 1901/1996, do PL 2022/1996, do PL 2023/1996, do PL 2233/1996, do PL 2236/1996, do PL 2237/1996, do PL 2238/1996, do PL 2548/1996, do PL 3117/1997, do PL 3302/1997, do PL 3398/1997, do PL 3603/1997, do PL 3735/1997, do PL 1149/1999, do PL 1150/1999, do PL 1715/1999, do PL 1986/1999, do PL 2525/2000, do PL 2622/2000, do PL 2890/2000, do PL 3232/2000, do PL 3787/2000, do PL 3790/2000, do PL 4001/2001, do PL 4521/2001, do PL 6932/2002, do PL 125/2003, do PL 175/2003, do PL 1075/2003, do PL 2304/2003, do PL 2464/2003, do PL 3407/2004, do PL 3485/2004, do PL 3992/2004, do PL 4222/2004, do PL 4579/2004, do PL 5079/2005, do PL 5895/2005, do PL 6910/2006, do PL 7208/2006, do PL 7353/2006, do PL 7677/2006, do PL 281/2007, do PL 385/2007, do PL 386/2007, do PL 830/2007, do PL 1251/2007, do PL 1810/2007, do PL 3613/2008, do PL 4432/2008, do PL 6439/2009, do PL 6457/2009, do PL 7023/2010, do PL 7069/2010, do PL 7612/2010, do PL 2444/2011, do PL 2682/2011, do PL 2740/2011, do PL 3274/2012, do PL 3339/2012, do PL 3354/2012, do PL 3378/2012, do PL 3719/2012, do PL 3750/2012, do PL 3913/2012, do PL 4117/2012, do PL 4249/2012, do PL 4269/2012, do PL 4729/2012, do PL 4916/2012, do PL 4946/2013, do PL 5058/2013, do PL 5687/2013, do PL 5874/2013, do PL 6046/2013, do PL 6420/2013, do PL 7053/2014, do PL 7530/2014, do PL 1758/2015, do PL 4309/2016, do PL 4359/2016, do PL 4783/2016, do PL 5027/2016, do PL 5216/2016, do PL 5672/2016, do PL 5810/2016, do PL 5976/2016, do PL 6301/2016, do PL 6507/2016, do PL 7228/2017, do PL 7608/2017, do PL 8052/2017, do PL 8463/2017, do PL 8684/2017, do PL 9245/2017, do PL 9732/2018, do PL 9790/2018, do PL 10072/2018, do PL 10101/2018, do PL 10415/2018, do PL 10428/2018, do PL 10885/2018 e do PL 10890/2018, apensados, da Emenda 1/1995 ao PL 4161/1993 na CTASP, da Emenda 1/1995 ao PL 662/1995 na CTASP, da Emenda 3/1995 ao PL 662/1995 na CTASP e da Emenda 1/1999 ao PL 1292/1995 na CTASP; e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária do PL 1365/1995, do PL 1413/1996, do PL 1492/1996, do PL 2518/1996, do PL 2519/1996 e do PL 482/2007, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Afonso Florence, Edmar Arruda, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, Ivan Valente, João Paulo Papa, Valmir Prascidelli e Vitor Lippi, em 23/05/2018.

Os Deputados Evandro Roman, Edmar Arruda e Cristiane Brasil apresentaram votos em separado.

APROVADO O PARECER, APRESENTARAM VOTOS EM SEPARADO OS DEPUTADOS EVANDRO ROMAN, EDMAR ARRUDA E CRISTIANE BRASIL.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DE VOTAÇÃO POR 5 SESSÕES DO DEP. IVAN VALENTE.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE: DEP. AFONSO FLORENCE;

ENCAMINHO CONTRARIAMENTE: DEP. JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO REJEITADO.

APRESENTADO REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DE VOTAÇÃO POR 3 SESSÕES PELO DEP. AFONSO FLORENCE.

ENCAMINHO FAVORAVELMENTE O DEP. AFONSO FLORENCE;

ENCAMINHO CONTRARIAMENTE O DEP. JOÃO ARRUDA;

REJEITADO DO O REQUERIMENTO.

VOTAÇÃO DO PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO ARRUDA (MDB/PR), RESSALVADOS OS DESTAQUES.

SOLICITADA VERIFICAÇÃO NOMINAL DA VOTAÇÃO DO PARECER PELO DEPUTADO AFONSO FLORENCE, PASSANDO-SE À VOTAÇÃO PELO PROCESSO NOMINAL.

DESTAQUE 2 - BANCADA DO PT - VOTAÇÃO DO INCISO VII DO ART. 12 DO SUBSTITUTIVO E, EM DECORRÊNCIA, DO PARÁGRAFO

PL 1292/95 - LICITAÇÕES - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que “altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e apensados – PL129295

ÚNICO DO ART. 12; PARTE FINAL DO CAPUT DO ART. 1; ALÍNEA "B" DO § 1º DO ART. 18; INCISO II DO ART. 175

APROVADA A MATÉRIA DESTACADA. MANTIDO O TEXTO DO RELATOR.

DESTAQUE 8 - BANCADA DO PT - VOTAÇÃO DO § 5º DO ART. 24 DO SUBSTITUTIVO E, EM DECORRÊNCIA, DO § 6º DO ART. 24.

APROVADA A MATÉRIA DESTACADA. MANTIDO O TEXTO DO RELATOR.

DESTAQUE 3 - BANCADA DO PT - VOTAÇÃO DO ART. 97 DO SUBSTITUTIVO

APROVADA A MATÉRIA DESTACADA. MANTIDO O TEXTO DO RELATOR.

DESTAQUE 9 - BANCADA DO PSOL - VOTAÇÃO DO ART. 100 DO SUBSTITUTIVO

APROVADA A MATÉRIA DESTACADA. MANTIDO O TEXTO DO RELATOR.